

# Projeto de Pesquisa:

# Criança Pequena em Foco - Marco Zero

As políticas públicas de segurança e de urbanização das favelas do Rio de Janeiro e atenção dada às crianças pequenas

CECIP- Centro de Criação de Imagem Popular

Núcleo da Primeira Infância

Pesquisadora: Beatriz Corsino Pérez

Assistente de pesquisa: Mariana Koury Pinheiro

Projeto financiado pela Fundação Bernard van Leer Outubro de 2011

E-mail: cecip@cecip.org.br . www.cecip.org.br CNPJ: 29.260.676/0001-04



#### **RESUMO EXECUTIVO**

Investigamos, nesse relatório, os esforços atuais das políticas públicas de segurança e urbanização das favelas do Rio de Janeiro, tendo como enfoque as ações direcionadas para as crianças pequenas. A pesquisa contou com uma metodologia qualitativa através da análise de notícias de jornal e da realização de entrevistas semi-estruturadas com representantes e pessoas envolvidas nos programas: Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), UPP Social e Morar Carioca. Além disso, foram feitas observações participantes em reuniões e fóruns comunitários da UPP Social no Borel, no Morro dos Macacos e na Providência. As comunidades do Chapéu Mangueira, Babilônia e a Providência foram visitadas, por já estarem vivendo a intervenções desses programas que pretendem garantir a segurança, atrair serviços e investimentos, e urbanizar as favelas.

A UPP é um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro para retomar territórios ocupados pelo tráfico de drogas ou por grupos armados ilegais. Esse programa sinaliza uma mudança da lógica de confronto, que sempre foi vigente na política de segurança pública no Rio de Janeiro. Os critérios para implementação da UPP se baseiam nos índices de criminalidade, quantidade estimada de armas, equipamentos públicos na favela e na proximidade em relação às vias de acesso e aos locais onde se realizarão os jogos da Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Atualmente foram instaladas 17 UPPs, e as próximas previstas serão na Mangueira, no Complexo do Alemão (13 favelas) e na Vila Cruzeiro, beneficiando mais de 200 mil habitantes. Atualmente, as UPPs oferecem cursos para crianças, como lutas marciais, música, informática, entre outros. Os policiais visitam regularmente as escolas, dando aulas em um programa de prevenção ao uso de drogas e à violência (PROERD). Além disso, promovem passeios e atividades culturais para crianças. Desse modo, a UPP busca se aproximar dos moradores através da relação que os policiais estabelecem com as crianças.

Outro programa presente nas comunidades onde está instalada a UPP é a UPP Social, um programa hoje desenvolvido no Instituto Pereira Passos (IPP). A UPP Social tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores das favelas onde já há UPP, buscando criar uma articulação entre as demandas da comunidade com as possibilidades de ação de governo, da sociedade civil e do setor privado. A principal missão da UPP Social é integrar cada vez mais a favela à cidade. A inauguração da UPP Social se dá na comunidade, em um fórum com a presença do poder público e moradores. Ação continua através de reuniões mensais com lideranças



comunitárias e moradores. A UPP Social não possui uma ação direta com as crianças, apenas trabalha na articulação entre as várias secretarias municipais.

As Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social concentram as políticas públicas para a criança pequena através do programa Primeira Infância Completa. Este abrange a criação de Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs), unindo a creche e pré-escola, o PIC, um projeto que promove atividades apenas aos sábados, para crianças que não estão na creche e suas famílias, e uma avaliação das creches com a aplicação de um questionário (ASQ) sobre o desenvolvimento infantil. O ASQ foi aplicado em creches municipais e conveniadas em 2010.

Outra intervenção nas comunidades é o Morar Carioca, um programa da Secretaria Municipal de Habitação, em parceria com o IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil/RJ, que visa urbanizar favelas da cidade do Rio de Janeiro até 2020. Foi realizado um concurso em 2010, em que foram escolhidos 40 escritórios de arquitetura para promover a melhoria de 216 favelas no município. Até agora, entretanto, os contratos com os escritórios anda não foram assinados. O programa busca encontrar soluções urbanísticas que ajudem a integrar as favelas à cidade formal através de obras de infraestrutura e habitação. Este planejamento deverá possibilitar a implementação de serviços públicos, como a criação de Clínicas de Saúde da Família e escolas. A avaliação do programa Morar Carioca ainda está em discussão. O departamento de sociologia da PUC-Rio criou o Índice de Democratização da Cidade (IDC), que busca avaliar padrões urbanos que não podem faltar em uma cidade que se pretende justa: qualidade do domicilio; acesso aos serviços urbanos; a eficácia do acesso do morador à privacidade e mobilidade. No entanto, ainda não está claro se esse índice será utilizado na avaliação das obras do Morar Carioca.

Uma das principais queixas dos moradores de comunidades, cujas obras do Morar Carioca estão em andamento, é a falta de participação. Para a segunda fase do programa está em negociação um projeto com a ONG IBASE, para realizar uma pesquisa-ação visando conhecer essas comunidades, identificar suas lideranças e estabelecer uma relação que estimule a escuta dos moradores e de suas reivindicações. Entretanto, as crianças não foram incluídas nesse projeto.

Dadas as dinâmicas internas dos programas UPP, UPP Social e Morar Carioca, entendemos que teremos maiores oportunidades de influenciar os investimentos para garantir que a prevenção da violência e a promoção do bem-estar das crianças pequenas construindo um plano de ação no Instituto Pereira Passos, em parceria com a UPP Social. Assim, poderemos atuar diretamente com o poder público, desempenhando um papel que pode influenciar ações de diferentes secretarias, no



desenvolvimento da infraestrutura e de serviços nas comunidades que resultarão na melhoria de vida para as crianças pequenas.



# **APRESENTAÇÃO**

O CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular, fundado em 1986, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro. O CECIP tem por missão contribuir para o fortalecimento da cidadania e para a definição de políticas públicas que promovam direitos humanos – econômicos, sociais, culturais e ambientais. Atuando em resposta a demandas da sociedade nas áreas de educação e comunicação, o CECIP concebe e realiza campanhas de interesse público, produz audiovisuais e publicações, e trabalha com a formação de agentes de mudança.

O CECIP vem desenvolvendo pesquisas de natureza majoritariamente qualitativa desde 1998, iniciando com o Projeto Rancho Fundo. A TV Maxambomba, por sua vez, conduziu, nas comunidades de Nova Iguaçu em que atuava, pesquisas de campo com as lideranças comunitárias e culturais. Além disso, cada vídeo ou documentário realizado envolve pesquisas de conteúdo, experiências estas que têm sido sistematizadas e publicadas ao longo destes anos. Em 2007, o CECIP começou a desenvolver pesquisas mais formais na área de Educação Infantil.

Em 2010, o CECIP realizou a pesquisa "O impacto sobre a primeira infância das políticas de segurança pública e iniciativas comunitárias em comunidades urbanas de baixa renda" com apoio da Fundação van Leer e em parceria com a UNIRIO e a AVANTE. Nesta pesquisa foram investigados os vínculos e percepções de moradores acerca da comunidade onde vivem; suas opiniões sobre violência, segurança, e outros problemas que afetam suas vidas; e os projetos já existentes que atendem às crianças pequenas. A pesquisa foi realizada em três comunidades diferentes: duas no Rio de Janeiro, Santa Marta e Morro dos Macacos, e uma em Salvador, Calabar.

A investigação contou com um componente quantitativo com a aplicação de 185 questionários em famílias que têm crianças pequenas. A pesquisa foi aprofundada com o uso de uma metodologia qualitativa, em que realizamos 33 entrevistas individuais (com lideranças comunitárias, comerciantes, agentes de saúde e pessoas que trabalham em projetos voltados para crianças pequenas), foram feitos grupos focais com jovens, educadores e famílias e realizamos atividades com 24 crianças, de três a seis anos. Um total de 319 pessoas participou do estudo.

O principal programa na área de segurança pública no momento, no Rio de Janeiro, é a instalação de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) em comunidades de baixa renda. Trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado e da Secretaria de Segurança que visa retomar o controle de áreas antes ocupadas pelo tráfico de drogas fortemente armado e pelas milícias. A comunidade de Santa Marta foi escolhida por ser a primeira experiência com esta intervenção, iniciada em



dezembro de 2008. Já o Morro dos Macacos estava vivendo, no período da pesquisa, a instalação da UPP, com a ocupação da comunidade pelo BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais). Assim, o estudo foi uma oportunidade para conhecer as primeiras impressões dos moradores e as expectativas a respeito da UPP. Na terceira comunidade, Calabar, os moradores viviam sobre constante ameaça de confronto entre policiais e traficantes de drogas. Desse modo, a pesquisa buscou contrastar as percepções dos moradores dessas comunidades, considerando as grandes diferenças em relação à política de segurança pública que estava vigente na época.

Os resultados mostraram que há um impacto positivo sobre as crianças nas comunidades que receberam UPP, pois passaram a circular mais livremente pela favela. Porém, constatou-se também que faltam espaços ao ar livre adequados para as crianças brincarem, se restringindo aos becos a laje. A pesquisa revelou que uma vez eliminada a violência, aspectos de urbanização e questões ambientais são as maiores preocupações dos moradores. Embora a UPP seja bem vinda apela maioria, há uma insatisfação com a relação que os policiais da UPP estabelecem com a comunidade. Para combater a violência, mais do que um aumento do policiamento, os moradores afirmam que é preciso oferecer mais projetos sociais.

Como desdobramento desta pesquisa o CECIP, com o apoio da Fundação Bernard van Leer, e em parceria com o CLAVES/FIOCRUZ está desenvolvendo a pesquisa "Criança Pequena em Foco - Marco Zero" a fim de construir, com base em dados existentes e através da coleta de dados primários, uma imagem detalhada da situação das crianças pequenas moradoras de favelas do Município do Rio de Janeiro. Investigamos os esforços atuais das políticas públicas de segurança e urbanização das favelas do Rio de Janeiro (principalmente, UPP, UPP Social, Morar Carioca), tendo como enfoque as ações direcionadas para as crianças pequenas e os projetos em curso implementados por ONGs nas comunidades.

O presente relatório faz parte dessa pesquisa mais ampla. Investigamos aqui as diferentes áreas de atuação do governo no que se refere à segurança e urbanização de comunidades urbanas de baixa renda com objetivo de compreender de que forma elas direcionam esforços para a melhoria da qualidade de vida das crianças pequenas e suas famílias. Com esse relatório pretendemos orientar nossas futuras ações de forma a influenciar políticas públicas e investimentos para garantir a prevenção da violência e a promoção do bem-estar das crianças.



## Sumário

- 1. Introdução
- 2. Metodologia
- 3. Unidades de Polícia Pacificadora
  - 3.1. Estruturas administrativas e de governança da UPP
  - 3.2.Quais favelas tem UPP, quais estão previstas e como são tomadas as decisões sobre quais favelas terão UPP?
  - 3.3. Monitoramento e avaliação da UPP
  - 3.4. A relação da UPP com as crianças
  - 3.5. A relação da UPP com os moradores
  - 3.6. Problemas e desafios da UPP

## 4. O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP)

- 4.1. O Programa da UPP Social
  - 4.1.1. Estrutura da UPP Social
  - 4.1.2. Fóruns da UPP Social: críticas e expectativas dos moradores do Morro dos Macacos
  - 4.1.3. Chapéu Mangueira e Babilônia: UPP Social e a demanda por creche
  - 4.1.4. Monitoramento e avaliação da UPP Social

## 5. Iniciativas públicas para a primeira infância no município do Rio de Janeiro

- 5.1. Secretaria de Educação
  - 5.1.1. Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI)
  - 5.1.2. Primeira Infância Completa (PIC)
  - 5.1.3 Avaliação do desenvolvimento infantil
- 5.2. Secretaria de Saúde
  - 5.2.1 Programa Saúde da Família
  - 5.2.2. Gerência de Programas de Saúde da Criança
- 5.3. Secretaria de Assistência Social
  - 5.3.1 Centro de Referência da Assistência Social (Cras)

## 6. O Programa Morar Carioca

- 6.1. Recursos disponibilizados para o Morar Carioca
- 6.2. O Programa Morar Carioca Verde
- 6.3. Formas de avaliação do Programa Morar Carioca
- 6.4. Projeto do IBASE vinculado ao Programa Morar Carioca
- 6.5. Providência: remoções de casas, conflitos e participação da comunidade

## 7. Outras iniciativas e projetos presentes nas comunidades com UPP no Rio de Janeiro

- 8. Considerações finais
- 9. Referências
- Anexo I: Descrição das comunidades que têm UPP
- Anexo II: Divisão de cargos da UPP Social
- Anexo III: Cronograma de fóruns da UPP Social
- Anexo IV: Projetos em comunidades com UPP para crianças de 0 a 8 anos
- Anexo V: Roteiros de entrevistas



## 1.Introdução

Atualmente, o Rio de Janeiro está atraindo diferentes projetos de intervenção no espaço da cidade, principalmente, em função da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Estão em curso diversos investimentos nas favelas nas áreas de segurança pública, urbanização e infraestrutura, ampliação da rede de esgoto e melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Historicamente, as intervenções públicas em áreas populares no Rio de Janeiro tiveram início no século XIX, com o objetivo de melhorar a organização e a circulação na cidade. As intervenções removeram os cortiços da área central para abrir espaço para construção da Avenida Central (mais tarde veio se chamar de Rio Branco). Foram criados os bulevares e incentivadas às construções de cafés, bares e restaurantes para chamar a classe burguesa para as ruas (Needell, 1993). Essas intervenções também buscavam controlar o comportamento dos mais pobres, impondo a essa população os valores higienistas (Costa,1989). Algumas tradições cariocas foram revistas pela reforma, na tentativa de "disciplinar" a sociedade. Várias práticas comuns na época foram proibidas como: o ato de cuspir nos chão dos bondes, o comércio de leite onde as vacas eram levadas de porta em porta, a exposição de carne nas portas dos açougues, a criação de porcos dentro dos limites urbanos.

Aos poucos a velha cidade ia desaparecendo, ao mesmo tempo, sua população proletária era retirada de seu lugar de origem e se via forçada a mudar para os subúrbios, ou para locais onde os aluguéis fossem mais baixos. O surgimento das favelas está ligado a essa intervenção urbana, numa ação que ficou historicamente conhecida como "Bota abaixo", feita sem qualquer planejamento para abrigar a população expulsa da área. Por falta de opções, essa população foi ocupando áreas nos morros, próximas aos seus locais de trabalho, começando pelo Morro da Providência. Assim, as favelas nasceram e cresceram à margem da cidade "legal", numa situação em que o Estado não se fazia presente, a não ser em eventuais ações de repressão. A iminência de expulsão violenta dos locais de moradia só foi revertida em 1982, com a eleição de um governo popular. Os moradores puderam investir na melhoria de suas casas, mas o Estado continuou praticamente ausente. Este vazio foi sendo ocupado, nos anos recentes, pelo tráfico armado.

Atualmente, as intervenções na favela têm como discurso a integração da favela à cidade, fazendo com que sejam reconhecidas como parte da área urbana. As remoções não seriam mais a prioridade das obras, que se inserem numa política de preservação dos espaços populares junto com a ampliação da infraestrutura e dos serviços públicos. Um dos programas do governo, é o Morar



Carioca, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação que visa implementar obras de urbanização em praticamente todas as favelas do Rio de Janeiro até 2020.

Além da infraestrutura, um dos maiores problemas das favelas do Rio de Janeiro é a violência. As invasões policiais de repressão ao tráfico de drogas presentes nas comunidades e o confronto entre traficantes de facções rivais resultam em intensos tiroteios, pondo em risco a vida dos moradores das favelas e do entorno. Como plano de segurança pública, a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro promove a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que pretende retomar o controle territorial de comunidades anteriormente dominadas por facções criminosas e grupos armados. Os focos principais de atuação da UPP são as favelas da Zona Sul, do Centro, do entorno das instalações esportivas e as que ficam próximas das vias de acesso à cidade. As favelas com UPP também estão recebendo equipes da UPP Social com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos moradores, buscando criar uma articulação entre as demandas da comunidade com as possibilidades de ação das três esferas de governo (municipal, estadual e federal), da sociedade civil e do setor privado. Nesse relatório iremos aprofundar como essas intervenções estão planejadas e estruturadas.

Entendemos que as intervenções públicas representam a possibilidade de ir contra a fragmentação e a divisão territorial se forem consideradas, não como um objetivo técnico, mas associadas aos processos de construção da cidadania. Segundo Katzman (2007) o planejamento de políticas precisa levar em conta as diferenças e as características próprias de cada comunidade, a sua composição e dinâmica interna e as suas possibilidades de desenvolvimento. Por outro lado, precisamos criar novas instâncias de mediação capazes de estimular a participação dos indivíduos. Para Wacquant (2006), a cidadania não pode ser considerada um status adquirido ou outorgado a todos para sempre, mas é fruto de um processo conflitivo e desigual cuja conquista requer uma luta e uma vigilância que devem renovar-se permanentemente. Dessa forma, torna-se importante investigar como essas intervenções públicas em áreas de favelas estão sendo feitas, e se estão sendo criados espaços de participação, onde moradores podem expressar suas opiniões e ter de fato influencia sobre as decisões tomadas na alocação dos recursos.

Estamos cientes de que estão em curso na cidade muitos projetos de intervenção urbana, como as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento); do Porto Maravilha, que pretende revitalizar a Região Portuária; a instalação de vias rápidas (Transcarioca, Transoeste, Transolímpica), entre outras. No entanto, nesse relatório focamos o estudo principalmente em três programas que estão em curso nas favelas: UPP, UPP Social, e Morar Carioca. Buscamos



compreender se esses projetos de urbanização e segurança pública possuem ações diretamente voltadas para a melhoria da qualidade de vida das crianças pequenas, e de suas famílias.

Através da exploração de dados existentes, da realização de entrevistas com informanteschave, de observações participantes em reuniões e fóruns comunitários e visitas a comunidades que
estão vivenciando essas intervenções públicas, procuramos obter uma visão geral sobre: as
estruturas administrativas e de governança da UPP, da UPP Social e do Morar Carioca; como são
escolhidas as favelas que terão UPP; se há algum protocolo ou formação de policiais para que
tenham um trabalho sensível às crianças; como e com quem o IPP está desenvolvendo os planos de
melhorias nas favelas; se esses planos são monitorados e avaliados, de forma a considerar o seu
impacto sobre a aprendizagem, saúde e proteção das crianças pequenas; quantos recursos estão
sendo direcionados para melhorias nas favelas.

É importante ressaltar que essa pesquisa foi realizada entre os meses de junho e outubro de 2011. A política de segurança pública e os projetos de urbanização para a cidade que já estão ocorrendo e que aqueles que estão previstos para acontecer constituem um processo dinâmico, onde a todo o momento surgem novidades. O presente relatório buscou acompanhar as transformações, fazendo uma análise das noticias em jornais e sites. Podemos citar como um importante exemplo, a mudança do comando geral da Polícia Militar, no Rio de Janeiro. A juíza Patrícia Acioli foi assassinada, em agosto de 2011, e os principais suspeitos do crime são policiais militares envolvidos com milícia. Com isso, o comandante geral da polícia Militar, Mauro Sergio Duarte pediu demissão do cargo. No dia 1º de outubro, o novo comandante geral, o coronel Erir da Costa Filho, trocou 13 postos de comando de batalhões da PM, incluindo o de comandante das UPPs. Nesse relatório, mantivemos as informações coletadas antes da mudança de direção. No dia 24 de agosto realizamos uma entrevista com o até então comandante das UPPs, Coronel Robson Rodrigues. Atualmente, o seu cargo é ocupado pelo coronel Rogério Seabra Martins, com quem não tivemos a oportunidade de encontrar.

#### 2. Metodologia

Essa pesquisa contou com uma metodologia qualitativa, na qual fizemos um levantamento de notícias de jornal e artigos publicados recentemente sobre as políticas públicas de segurança e urbanização. Foram realizadas entrevistas com representantes e pessoas vinculadas a UPP, UPP Social e Morar Carioca. Foram feitas observações participantes nos fóruns da UPP Social do Borel,



da Providência e do Morro dos Macacos. Estivemos na Favela Chapéu Mangueira acompanhando a equipe da UPP Social, entrevistando o comandante local e conhecendo três iniciativas comunitárias voltadas para as crianças pequenas. Fomos a Providência, onde pudemos ver as obras do Morar Carioca e participar de uma reunião com os moradores sobre as remoções de casas.

Os entrevistados foram escolhidos segundo a sua função nos programas da UPP, UPP Social e Morar Carioca, pois buscamos pessoas com níveis hierárquicos diferentes. No caso da UPP, entrevistamos o coronel responsável na época por todas as UPPs, dois comandantes de duas UPPs (Providência e Chapéu Mangueira/Babilônia), um tenente e três soldados. Em relação à UPP Social, entrevistamos o Presidente do IPP, o diretor da UPP Social, um gestor local e um assistente. Do Morar Carioca, entrevistamos o presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), que criou as bases do programa junto com a Prefeitura. Participou da pesquisa também o sociólogo envolvido no plano do diagnóstico das comunidades onde o Morar Carioca vai acontecer e nos critérios de avaliação do programa. Entrevistamos representantes do IBASE, ONG que estará realizando um projeto de participação popular em comunidades do Morar Carioca. Além disso, entrevistamos alguns atores que desenvolvem projetos para crianças pequenas em comunidades. O roteiro de entrevistas está disponível no Anexo V.

Participaram da pesquisa os representantes das secretarias municipais de Saúde e Educação. Eles foram escolhidos porque, com a Secretaria Municipal de Assistência Social, possuem um projeto comum para a primeira infância, o programa Primeira Infância Completa. Apesar de nossa insistência, não conseguimos entrevistar algum representante da Assistência Social, o que pode sinalizar uma falta de abertura da Secretaria para estar com pessoas externas ao governo e com quem não possui parceria. Nos Fóruns da UPP Social em que estivemos presentes, também não encontramos representantes dessa Secretaria.

#### **Quadro de Entrevistas**

	Entrevistados	Função que ocupam
UPP:	Coronel Robson	Coordenador de todas as UPPs
Política de	Rodrigues	
Segurança do	Capitão Glauco	Comandante da UPP do Morro da Providência
Estado do Rio de	Schorcht	
Janeiro	Tenente Coque	Tenente da UPP do Chapéu Mangueira/Babilônia
	Soldado Patrícia	Atua no PROERD do Morro da Providência
	Soldado Sheila e	Atuam PROERD do Chapéu Mangueira/Babilônia
	Soldado Helena	



Programa da UPP Social-	Ricardo Henriques	Presidente do Instituto Pereira Passos (IPP)
Instituto Pereira	José Marcelo Zacchi	Diretor da UPP Social
Passos/ ONU-	Pedro Henrique de	Gestor de Estratégia e Desenvolvimento da UPP
Habitat	Cristo	Social
	Flora Moana Van de	Gestora local da UPP Social do Chapéu
	Beuque	Mangueira/Babilônia
	Henrique Silveira de	Assistente local da UPP Social do Chapéu
	Souza	Mangueira/Babilônia
Programa Morar	Sergio Magalhães	Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil
Carioca -	Candido Grzybowski	Diretor Geral e coordenador do IBASE- Instituto
Secretaria	e Itamar Silva	Brasileiro de Análise Social e Econômica
Municipal de	Marcelo Burgos	Professor de Sociologia da PUC-Rio, doutor e
Habitação		pesquisador sobre políticas públicas de segurança
		e urbanização, favela, cidade
Secretarias	Eduardo de Pádua	Subsecretário de Educação responsável pelos
Municipais com		programas para a primeira infância
ações focadas na	Pedro Lima	Vinculado à secretaria de saúde. Ponto Focal da
primeira infância		UPP Social
Atores locais	Patrícia	Diretora da Creche comunitária Dona Marcela no
- Chapéu		Chapéu Mangueira
Mangueira/	Tia Percília	Liderança comunitária da Babilônia, responsável
Babilônia e		pela escolhinha Tia Percília
Providência	Sergio Silva	Coordenador pedagógico do Instituto Central
		Povo - creche e ações sociais do Morro da
		Providência

Visitamos três comunidades: Chapéu Mangueira, Babilônia e Providência para acompanhar a equipe da UPP Social, entrevistar os comandantes da UPP local e lideranças que realizam trabalhos comunitários voltados para as crianças pequenas, e conhecer as obras do Morar Carioca. Na Providência, também participamos de uma reunião com os moradores sobre as remoções de casas. A escolha de visitar a Providência, o Chapéu Mangueira e a Babilônia foi baseada no fato de que essas comunidades já recebem ações dos três programas que são foco da presente pesquisa – Morar Carioca, UPP e UPP Social – e também por terem realidades muito distintas.

A Providência é considerada a primeira favela do Brasil. Ela é localizada no Centro do Rio de Janeiro, na região portuária, atrás da Estação Central do Brasil, por onde passam 600 mil pessoas diariamente. Após anos vivendo sob o controle do tráfico e por situações de violência, a UPP na Providência foi inaugurada em abril de 2010, atendendo cerca de quatro mil moradores, que vivem lá e nas favelas próximas, Pedra Lisa e Moreira Pinto. Atualmente, a Providência possuiu um dos piores índices sociais em relação a outras comunidades com UPP, segundo a pesquisa realizada pelo



IETS (2010)<sup>1</sup>. A instalação da UPP na Providência está dentro do projeto de revitalização da Região Portuária, que prevê a restauração de galpões culturais na área da Gamboa e a recuperação e renovação do entorno da Praça Mauá.

Já as favelas Chapéu Mangueira e Babilônia são duas comunidades vizinhas, no bairro do Leme, na Zona Sul do Rio de Janeiro. A UPP foi inaugurada ali em junho de 2009, cobrindo as duas favelas, onde vivem cerca de três mil moradores. As comunidades estão situadas em uma das regiões mais valorizadas da cidade e, desde que a UPP foi instalada, começam a atrair turistas interessados em desfrutar da vista privilegiada da praia de Copacabana e em conhecer a vida na favela.

Segundo IETS (2010), a renda per capita na Providência é de R\$439,10 enquanto no Chapéu Mangueira essa renda chega a R\$ 648,50. O nível de escolaridade dos adultos também é contrastante nas duas comunidades. No Chapéu Mangueira, a média de anos de estudo da população adulta é de 7,4 anos, o índice mais alto das favelas pesquisadas com UPP. Já a Providência apresenta o índice mais baixo: 5,8 anos.

### 3. Unidades de Polícia Pacificadora

A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro para retomar territórios ocupados pelo tráfico de drogas ou pela milícia. As milícias são organizações formadas, principalmente, por policiais e ex-policiais, mas incluindo também bombeiros e agentes penitenciários, que supostamente garantiriam a segurança de locais ameaçados por traficantes de drogas, cobrando uma taxa mensal dos moradores. Esses milicianos, que pertencem às instituições do Estado, além de impor seu serviço de "segurança", controlam os serviços de TV a cabo, distribuição de botijão de gás, cooperativas de transporte e imóveis exigindo através da força o seu uso por moradores. Zaluar e Conceição (2007) nos ajudam a entender melhor as conseqüências esse fenômeno:

O controle sobre o território, que passa a ser dominado militarmente, talvez seja a característica mais importante do fenômeno das milícias na cidade do Rio de Janeiro, (...). Além disso, o que é ainda mais

-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Pesquisa nas Favelas com Unidades de Polícia Pacificadora da Cidade do Rio de Janeiro feita pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, em 2010.



grave, os milicianos vêm tentando ocupar espaços cada vez maiores nos poderes Legislativo e Executivo municipais e estaduais, construindo redes no interior do poder público, e até no Judiciário. Mas as resistências têm sido múltiplas e as últimas ações da Polícia Federal e da Justiça local indicam que há um processo para reverter o espaço ganho por este novo tipo de crime organizado no Estado. (2007, p. 91)

A proposta da UPP é a instalação de uma polícia que tem sede permanente na comunidade e atua de forma constante. Essa estratégia de retomada do território tem basicamente três etapas: no primeiro momento, policiais de uma divisão de elite (Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE) anunciam a invasão da comunidade, entram, por vezes encontrando resistência, e ocupam a favela. O BOPE se "estabelece" na comunidade, revistando casas e moradores, buscando e apreendendo armas e drogas, identificando e prendendo pessoas suspeitas de conexão com o tráfico. Numa segundo etapa, o BOPE passa o controle para a Unidade de Polícia Pacificadora, unidade da polícia militar, que permanecerá indefinidamente na comunidade. No terceiro momento, tem início a operação da UPP Social, de responsabilidade da prefeitura, cujo objetivo é coordenar as ações e políticas públicas das várias esferas de governo (municipal, estadual e federal) sobre a qual falaremos mais adiante. Essa proposta sinaliza uma mudança da lógica de confronto, que sempre foi vigente na política de segurança pública no Rio de Janeiro.

Podemos tomar como exemplo dessa mudança de estratégia da política de segurança pública o caso do Complexo do Alemão. Em 2007, durante o primeiro governo Sérgio Cabral, a Polícia Militar fez uma operação no Complexo do Alemão, na Zona Norte da cidade, buscando drogas, armas e criminosos. Com intenso tiroteio, a incursão terminou com 19 mortos e 13 feridos. Na época, os governos estadual e federal foram muito criticados por entidades de defesa dos direitos humanos e pela ONU por causa da violência na operação. Em 2010, três anos após essa ocupação, que para muitos ocorreu por causa dos Jogos Panamericanos de 2007, no Rio de Janeiro, a Polícia Militar fez uma nova invasão no Complexo do Alemão, desta vez sem troca de tiros. Com o apoio das forças armadas e das policias civil e militar a favela foi ocupada, obrigando os traficantes e criminosos a fugirem do local. Desde novembro de 2010, o exército brasileiro está presente no conjunto de favelas do Alemão, enquanto é aguardada a chegada de uma Unidade de Polícia Pacificadora, prevista para março de 2012<sup>2</sup>.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Jornal O Globo, disponível em: <a href="http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/08/implantacao-de-UPP-no-complexo-do-alemao-comeca-em-marco-de-2012-diz-beltrame-925309273.asp#ixzz1XpxBnVqi">http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/08/implantacao-de-UPP-no-complexo-do-alemao-comeca-em-marco-de-2012-diz-beltrame-925309273.asp#ixzz1XpxBnVqi</a> (acessado



## 3.1. Estruturas administrativas e de governança da UPP

Para compreender melhor as estruturas administrativas e de governança, além do próprio funcionamento da UPP, é importante entender as diferenças entre as polícias que atuam no estado do Rio de Janeiro.

A Polícia Civil é a instituição que exerce função de polícia judiciária no estado. Assim como a Policia Federal no âmbito da União, sua atividade mais importante é de investigação e elucidação dos crimes praticados em seu território. É subordinada ao Governador.

A Polícia Militar é a corporação que tem a função de garantir a segurança e a lei. É responsável por prevenir as condutas criminosas e zelar pela ordem pública. No Brasil, cada estado conta com uma própria Polícia Militar, subordinada ao governador. É um órgão regido pelo código militar e os policiais militares são considerados pela Constituição como força auxiliar e reserva do Exército. Dentro da Polícia Militar do Rio de Janeiro, há o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que é a força de intervenção da corporação, responsável pela primeira fase da estratégia UPP, mencionada anteriormente.

O GPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais) é uma unidade especial da polícia militar do Rio de Janeiro. Surgiu da necessidade de desenvolver e empreender uma nova filosofia e modalidade de serviço policial em comunidades populares, tendo como principio a idéia de polícia comunitária. Servindo como base para o projeto das UPPs, tinha como um dos seus pilares o foco em trabalhos com crianças e jovens. Segundo o sociólogo Luiz Eduardo Soares, em entrevista concedida a nós em 2010, a iniciativa da UPP não é uma idéia nova: "A UPP se inscreve num esforço que não é novo, também tem história, de mudança da chave de abordagem dessa questão". O GPAE foi inaugurado em setembro de 2000 nas comunidades Pavão/Pavãozinho e Cantagalo, localizadas no bairro de Copacabana. Um dos grandes problemas do GPAE, que acabou fracassando em muitas comunidades, foi a falta de investimento social e de apoio político. Diferentemente da UPP, que se tornou uma marca do governo do Sergio Cabral e desde o seu projeto inicial conseguiu atrair investimentos do setor privado<sup>3</sup>.

em 20/08/2011)

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Nesse relatório não foi possível aprofundar os estudos sobre o GPAE e sua relação com a UPP, devido à limitação de tempo para pesquisa. Entendemos que para a melhor compreensão da



Por ser um projeto do Governo do Estado do Rio de Janeiro, as Unidades de Policia Pacificadoras estão sob responsabilidade do Secretário de Segurança José Mariano Beltrame que se reporta diretamente ao governador Sergio Cabral. Ao secretário, subordina-se o comandante geral da Polícia Militar, Mário Sérgio Duarte. O Coronel Robson Rodrigues é o comandante geral das UPPs que coordena o projeto como um todo. Além dele, há, em cada comunidade com UPP, um comandante, um subcomandante e soldados. Cada UPP tem entre 100 a 330 policiais, variando de acordo com o número da população local e o tamanho da área de abrangência.

# 3.2. Quais favelas têm UPP, quais são as que estão previstas e como são tomadas as decisões sobre as que terão UPP?

O governador Sérgio Cabral declarou<sup>4</sup> que o objetivo é ter, até 2016, 50 Unidades de Polícia Pacificadora instaladas em favelas do Estado do Rio: "Quando se fala em 50 comunidades são, de fato, 200, talvez 300, porque, quando se fala num complexo ele envolve 15 comunidades. No complexo da Maré, talvez, 15 comunidades, no Alemão, 13, os complexos de Manguinhos, Jacarezinho têm várias comunidades. O importante é que este trabalho avance com critério e cuidado, criando uma nova cultura dentro da polícia, com novos policiais formados dentro de uma nova mentalidade".

Atualmente são 66 comunidades contempladas por 17 UPPs: Andaraí, Batan, Borel, Chapéu Mangueira/ Babilônia, Cidade de Deus, Coroa, Formiga, Macacos, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Prazeres/Escondidinho, Providência, Salgueiro, Santa Marta, São Carlos/Mineira, sãojoão/Matriz/Quieto, Tabajaras/Cabrito, Turano. Em breve será inaugurada a 18° UPP na Mangueira (ver em Anexo I detalhes sobre as comunidades com UPP). A única favela com milícia que foi ocupada por uma UPP foi o Batam, em Realengo na Zona Oeste da cidade.

implementação da UPP seria importante investigar o modelo de policiamento do GPAE e os motivos que levaram a sua suspensão como política de segurança.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Fonte Tribuna de Petrópolis. Disponível em: <a href="http://www.meionews.com.br/index.php/noticias/21-estado-do-rio/4723-rio-pode-ter-50-UPPs-ate-2016-diz-sergio-cabral.html">http://www.meionews.com.br/index.php/noticias/21-estado-do-rio/4723-rio-pode-ter-50-UPPs-ate-2016-diz-sergio-cabral.html</a> (acessado em 20/08/2011)



A maior parte delas fica situada em áreas turísticas ou próximas das instalações esportivas para a Copa do Mundo e as Olimpíadas: "Fechamos o 'cinturão' de segurança. Agora vamos para outra área", disse o secretário de Segurança, após a ocupação do BOPE na Mangueira<sup>5</sup>.

Segundo o Secretário Estadual de Segurança<sup>6</sup>, as decisões sobre quais favelas receberão uma Unidade de Polícia Pacificadora seguem alguns critérios: índice de criminalidade, quantidade estimada de armas, equipamentos públicos na favela e as áreas que estão situadas próximas a instalações esportivas e vias de acesso para a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). O Coronel Robson Rodrigues disse que essa escolha é determinada pela Secretaria de Estado de Segurança, seguindo critérios técnicos. As próximas UPPs previstas serão instaladas na Mangueira, no Complexo do Alemão, que abrange 13 favelas, e na Vila Cruzeiro, envolvendo, ao todo, mais de 200 mil habitantes.

## Mapa das UPPs no Rio de Janeiro



<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Fonte: Notícias Uol. Disponível em: <a href="http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/06/19/secretario-do-rio-diz-que-ocupacao-da-mangueira-e-historica-e-conclui-cinturao-de-seguranca.jhtm">http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/06/19/secretario-do-rio-diz-que-ocupacao-da-mangueira-e-historica-e-conclui-cinturao-de-seguranca.jhtm</a> (20/08/2011)

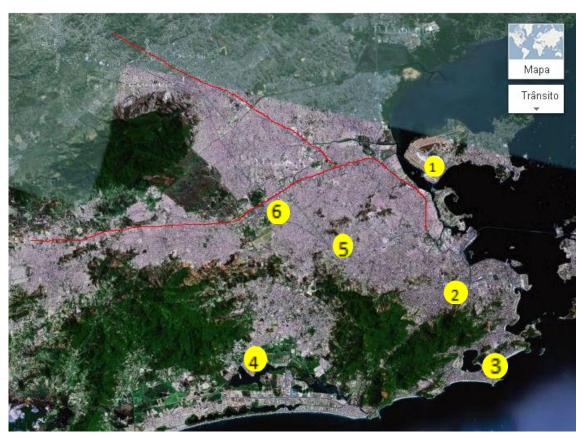
<sup>6</sup> Fonte Revista Época, disponível em: <a href="http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0">http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0</a>, <a href="http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0">http://revistaepoca.globo.com/Revistaepoca.globo.globo.com/Revistaepoca.globo.com/Revistaepoca.globo.com/Revistaepoca.globo.com/Revistaepoca.globo.com/Revistaepoca.globo.globo.com/Revistaepoca.globo

BELTRAME+SEI+ONDE+ESTA+O+NEM+E+SEI+ATE+O+QUE+TEM+DENTRO+DA+CASA +DELE.html (acessado em 13/06/ 2011)



Fonte: <a href="http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/veja-o-mapa-das-unidades-de-policia-pacificadora-no-rio-20110812.html">http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/veja-o-mapa-das-unidades-de-policia-pacificadora-no-rio-20110812.html</a>

# Principais instalações para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016



## LEGENDA:

- 1 Aeroporto Internacional Tom Jobim
- 2 Maracanã
- Zona de Copacabana (competições de canoagem de velocidade, remo, volei de praia,

Maratona aquática, triatlo, vela, marcha atlética e ciclismo de estrada

- 4 Zona da Barra (Vila Olímpica, Parque Olímpico do Rio e Riocentro)
- 5 Estádio João Havelange (Engenhão)
- Zona de Deodoro (Parque Radical do Rio, Centro Nacional de Hipismo, Centro Nacional de Tiro, Arena de Deodoro e Parque de Pentatlo Moderno de Deodoro)
  - Principais vias de acesso ao Rio de Janeiro

Fonte: http://www.rio2016.org/os-jogos/mapa-das-instalacoes



A ocupação do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro aconteceu em novembro 2010, e teve o apoio das polícias militar, civil e federal e das Forças Armadas. A operação contou com blindados da Marinha, tanques do Exército e helicópteros que abriram o caminho para policiais e militares. As áreas eram consideradas os dois maiores redutos do tráfico de drogas do país. Desde então, o Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro estão ocupados pela Força de Paz, formada pela polícia militar, civil e pelo exército. Na época da ocupação, foi anunciada a inauguração da UPP ainda no primeiro semestre de 2011, mas foi adiada para março de 2012.

Há certa cautela na divulgação da data de instalação das próximas UPPs. Em março de 2010, Ricardo Rotemberg, então secretário executivo municipal do Programa de Segurança Pública, divulgou uma lista como os nomes das próximas comunidades que receberiam uma UPP, porém ele foi repreendido publicamente pelo prefeito e acabou sendo demitido. Apesar de fazer parte da estratégia da UPP divulgar a ocupação com certa antecedência, o cronograma em longo prazo não é anunciado. Acreditamos que esse cuidado se dá para não gerar expectativas nos moradores, já que o planejamento pode sofrer alterações caso haja uma urgência em determinada comunidade. No caso da ocupação do Complexo do Alemão, essa ação não estava prevista para acontecer naquela época, mas os planos tiveram que mudar em reação à demonstração de força do tráfico de drogas. Da mesma forma, a ocupação dos Macacos se deu de forma bastante emblemática, no aniversário de um ano da queda do helicóptero da polícia, abatido por traficantes. Assim, a prioridade das favelas que receberão UPP pode variar dada a situação pela qual uma determinada comunidade esteja passando. Além disso, a listagem das favelas previstas a receber UPP não é divulgada com muita antecedência para evitar que traficantes e criminosos criem uma estratégia de ação, sabendo aonde poderão se instalar ou não.

## 3.3. Monitoramento e avaliação da UPP

O projeto das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro está sendo acompanhado com muita expectativa. Diversas pesquisas estão sendo feitas pelas universidades e centros de pesquisa para compreender e avaliar os impactos da UPP. Em nossa investigação, não encontramos nenhuma pesquisa realizada sobre os impactos das UPPs em crianças, além da que foi realizada pelo CECIP, em 2010. A polícia não tem um plano de avaliação específico sobre os efeitos da UPP nas crianças. A pesquisa sobre esse tema deve ficar a cargo de pesquisadores da área.



Em 2010, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), fez uma pesquisa com os policiais que trabalham nas Unidades de Polícia Pacificadora. A proposta é que essa pesquisa se constitua como um marco zero para acompanhamento e desdobramento do programa da UPP Social. Os resultados da pesquisa mostram que a maioria dos policiais das UPPs ainda não aderiu ao novo modelo de polícia. 70% dos policiais que participaram da pesquisa prefeririam não trabalhar em UPPs, evidenciando assim que não há um sentimento de adesão à uma nova cultura de policiamento. Essa baixa identificação com o projeto seria explicada pelo fato de que 70% dos entrevistados concordaram com a afirmativa de que as UPPs foram criadas somente para garantir a segurança da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Eles não estão confiantes de que esse programa deverá perdurar depois dos megaeventos. Portanto, de acordo com o trabalho do Cesec, é importante dar uma maior atenção na formação dos policiais, valorizando princípios de policiamento de proximidade e enfatizando elementos que reforcem a identificação dos agentes com o projeto.

O Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) fez um levantamento quantitativo que teve como objetivo traçar o perfil socioeconômico das favelas contempladas pelas UPPs e elaborar um diagnóstico das necessidades e demandas das comunidades que receberam uma Unidade de Polícia Pacificadora. Eles aplicaram 8788 questionários estruturados em visitas domiciliares. Os resultados apontam que existem grandes diferenças entre as comunidades com UPP, no que se refere à renda, escolaridade, equipamentos urbanos, infraestrutura, entre outros. Nesse sentido, a UPP melhorou a segurança nessas regiões, mas a oferta de serviços básicos ainda se constitui como um problema dessas comunidades.

Outra pesquisa sobre avaliação do impacto da UPP está sendo realizada em três favelas cariocas, com a coordenação do sociólogo Marcelo Burgos e com financiamento do Banco Mundial. Como a pesquisa está em andamento os resultados não estão ainda disponíveis.

## 3.4. A relação da UPP com as crianças

Apesar dos policiais não receberem uma formação específica para lidar com crianças, há no projeto da UPP uma indicação para que os comandantes promovam atividades na UPP capazes de aproximar a polícia das crianças. Esse trabalho é muito valorizado pelo Coronel Robson Rodrigues e pelos comandantes locais, que buscam sensibilizar os policiais a oferecerem cursos para as crianças. Os comandantes ficam atentos às demandas locais e repassam essas informações para o



Coronel Robson. Muitas empresas e ONGs têm procurado a coordenadoria da UPP para saber em qual lugar investir e que tipo de projetos e recursos oferecer (ver em Anexo IV os projetos existentes para crianças de 0 a 8 distribuídos por comunidade).

As sedes das UPPs nas comunidades oferecem diversos cursos e atividades para os moradores e, principalmente para as crianças, como aulas de lutas marciais, música, informática. Os cursos oferecidos variam de acordo com a localidade, pois muitas vezes são os próprios policiais que dão as aulas. No Chapéu Mangueira, soldados dão aulas de violão e informática para crianças e adolescentes. Na Providência, no prédio da UPP, as crianças têm aula de diferentes esportes, os adolescentes fazem curso de inglês e os mais velhos têm cursos profissionalizantes do SENAI (ver em anexo IV as atividades oferecidas na Providência).

O capitão Glauco Schorcht, comandante da UPP do Morro da Providência, contou sobre um policial que não queria dar aula para crianças. Ele, então, pediu que o policial ensinasse defesa pessoal para os outros soldados. Enquanto ele dava as aulas, as crianças da comunidade ficavam assistindo e imitando o que estava sendo ensinado. Aos poucos, ele acabou gostando da experiência de dar aula e aceitou ensinar Jiu-Jitsu para as crianças. Hoje são cerca de 150 crianças moradoras da Providência que fazem aula de Jiu-Jitsu com esse policial.

Além da programação regular, as UPPs oferecem passeios, festas e outras atividades esporádicas. Esse trabalho com as crianças foi a forma encontrada pelos policiais para se aproximarem da comunidade. Segundo o Capitão Glauco, o trabalho dos policiais é muito facilitado pelas crianças, que são mais abertas. Ele ainda contou que desenvolveu uma estratégia de começar aproximando-se das crianças, para ir aos poucos se aproximando dos adultos e idosos. O próximo passo é conquistar os jovens, que segundo os policiais, são mais complicados de lidar. De acordo com o comandante, ao se aproximar das crianças e adultos, você acaba envolvendo os jovens, diminuindo a distância entre eles e os policiais.

Em uma entrevista dada ao Jornal O Globo<sup>7</sup>, o secretário de segurança José Mariano Beltrame expressou sua preocupação em relação à falta de investimentos externos nas UPPs: "Hoje,

<sup>7</sup> Fonte Jornal O Globo, disponível em http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/05/28/beltrame-sobre-UPPs-nada-sobrevive-so-com-seguranca-hora-de-investimentos-sociais-924557293.asp#ixzz1OROYqlun (acessado em 10/08/ 2011).



por exemplo, eu tenho policiais que, mesmo estando de serviço, dão aula de esportes. Eu apoio essa iniciativa, porque não vou deixar as crianças sem esporte. Mas gostaria que o responsável por esse setor assumisse essa tarefa, me liberando dois ou três policiais para exercerem a sua função".

Outro projeto com crianças desenvolvido nas áreas com UPP é o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência). Esse é um programa nacional realizado no Rio de Janeiro através de uma parceria entre a Polícia Militar e a Secretaria Estadual de Educação. O PROERD existe há 19 anos, e é baseado em um programa americano, denominado de DARE (Drugs Abuse Resistence Education). O PROERD tem um caráter social e preventivo e é executado por policiais militares que dão aulas uma vez por semana, durante quatro meses em média, em escolas públicas, durante o horário escolar. O público que se quer atingir são estudantes que estejam cursando do quinto ao sétimo ano do ensino fundamental e crianças pequenas, da educação infantil. Os policiais selecionados para trabalhar no PROERD fazem um curso de formação com a duração de duas semanas, onde aprendem a metodologia. Depois eles continuam fazendo o planejamento das aulas e tendo supervisão com policiais que dão aula em outras escolas.

A policial que faz parte desse programa no Morro da Providência contou que trabalha com cerca de 110 crianças das turmas da educação infantil em três escolas das redondezas. Nessas turmas, o trabalho é voltado para a convivência social e ensina como respeitar as regras e como lidar com situações de risco. Na UPP do Chapéu Mangueira e Babilônia, entrevistamos duas policiais que davam aulas em escolas próximas à comunidade. Segundo elas, o foco principal do programa de prevenção eram as crianças do 5º ano, por estarem numa fase em que começam a querer sair mais de casa e podem entrar em contato com as drogas. Elas pareciam muito animadas em dar aula para crianças, principalmente por serem bem recebidas nas escolas e terem o seu trabalho reconhecido. As policiais mostraram os desenhos das crianças e as cartinhas em que aparecem os soldados da UPP. Segundo a policial Sheila, "as crianças falam que querem ser como a gente quando crescer. Elas acham linda a nossa roupa. Elas tomam a gente como exemplo".

Uma pesquisa feita pela Unesp<sup>8</sup> buscou analisar o método de avaliação do programa que é feito por uma redação ao final do curso. Uma das principais considerações da pesquisa está baseada

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> BRAGA, Tania; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra; HORIGUELA, Maria de Lourdes; SILVA, Adilson. O uso de redação como método de avaliação no programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD). Revista do Laboratório de Estudos da violência e Segurança da Unesp, São Paulo, n.2. 2009.



na concepção de que a avaliação de um programa como o PROERD deveria ser feito ao longo do curso e não apenas no final:

"No caso do Programa PROERD, seria importante desde o início valorizar quais conhecimentos sobre drogas e habilidades sociais de prevenção e de resistência ao uso dessas substâncias o aluno possui e considerar cada mudança ocorrida durante toda a intervenção do Programa, respeitando o ritmo próprio do aluno". (BRAGA et al, 2009, p.83)

Outro ponto importante ressaltado pela pesquisa é que seria necessário fazer uma avaliação do comportamento dos alunos após o curso, ou seja, se esse comportamento condiz ou não com os objetivos do programa.

Outra pesquisa<sup>9</sup>, realizada em 2008, buscou avaliar o PROERD, diagnosticando seus pontos positivos e negativos para poder aprimorar suas práticas. De acordo com essa avaliação, os alunos atendidos pelo programa reconhecem a importância do PROERD. Porém, a pesquisa revelou que há a necessidade de uma melhor capacitação dos profissionais, pois esses não recebem uma orientação clara e acabam procurando por conta própria outras literaturas que os ajudem frente aos questionamentos dos alunos. A pesquisa ressalta ainda que o maior problema está na incoerência metodológica que trata o aluno de forma passiva no processo de aprendizado, diferente do que se espera de um projeto de orientação. Outro ponto importante levantado pela pesquisa diz respeito à falta de continuidade das atividades executadas pelo PROERD: "Como toda intervenção pontual, seu alcance torna-se limitado frente aos desafios da educação na contemporaneidade" (OLIVEIRA et al, 2008, p. 17)

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> OLIVEIRA, Flaviane da Costa ; ANDRADE, Renato Júdice de ; ORTEGA, Lenise Maria Ribeiro ; REZENDE, Júnio Vieira de . Avaliando o PROERD: Desafios e possibilidades. In: IV Simpósio Internacional: O Estado e as políticas educacionais no tempo presente, 2008, Uberlândia. Anais do IV Simpósio Internacional: O Estado e as políticas educacionais no tempo presente. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.



## Painel da UPP na Providência mostra um policial com uma criança



## 3.5. A relação da UPP com os moradores

É importante ressaltar que a relação dos moradores com os policiais não é a mesma em todas as favelas que contam com UPP. Há diferenças dentro das comunidades e entre elas. Em algumas, pelo seu histórico de intenso conflito com a polícia, como é o caso da Providência, a relação entre policiais e moradores não se dá de forma amistosa. Em 2007, a Providência foi ocupada pelo exército e pelo GPAE que, inicialmente seguia uma lógica de policia comunitária, mas acabou entrando várias vezes em confronto com traficantes e moradores. Em 2008, após uma invasão da polícia em um clube, onde foram trocados tiros com traficantes, e uma moradora acabou sendo baleada, a presidente da associação de moradores afirmou: "Esse tipo de absurdo acontece diariamente. Todas as noites, o GPAE sobe o morro para combater o tráfico de drogas, mas de uma maneira que desrespeita quem nada tem a ver com isso". Os moradores da Providência já vivenciaram um programa de policiamento comunitário mal sucedido, por isso, se tornam mais receosos e relutam em aceitar a proposta da UPP.

Notamos também que o comandante da UPP da Providência possui uma opinião bastante radical em relação ao baile funk. O Capitão Glauco disse que, enquanto ele estiver lá não haverá baile e que os moradores precisam aprender a gostar de outros tipos de música: "Dizem que o funk é cultura. Eu não concordo. Quando tiver um chorinho, um samba, uma banda de rock, aí depois pode ter o funk. Aqui as pessoas só conhecem esse tipo de música". Para ele, o baile funk só traz coisas ruins como drogas, violência, pessoas de fora da comunidade, o som alto que incomoda os



moradores, e as crianças têm relações sexuais precoces. O capitão afirmou que muitos moradores concordam com ele sobre a proibição do baile funk, mas têm medo de dizer com receio que o tráfico volte, e sofram represálias.

Apesar da lei estadual 5543 de 23 de setembro de 2009<sup>10</sup> dizer que: "fica definido que o funk é um movimento cultural e musical de caráter popular" e que "os assuntos relativos ao funk deverão, prioritariamente, ser tratados pelos órgãos do Estado relacionados à cultura" essa postura do comandante do Morro da Providência não é única. Apesar de algumas favelas com UPP, como Tabajaras e Cidade de Deus, voltarem a ter baile funk, ainda que dentro de um horário estipulado pela UPP, na maioria das comunidades ocupadas a proibição continua. O preconceito de militares, que tendem a ser mais conservadores, e de uma grande parcela da sociedade ainda é muito grande, fazendo com que esse movimento cultural ainda fique marginalizado. É interessante perceber que, assim como acontece com o funk atualmente, outras manifestações musicais como o samba e o rock, citadas na entrevista com o capitão, antes eram marginalizadas e hoje são bem aceitas, fazendo parte da cultura musical brasileira e até mesmo da identidade nacional. Como vimos na pesquisa anterior (CECIP, 2010), a proibição do funk acaba afastando os jovens da UPP, afirmando terem perdido o seu espaço de lazer e sociabilidade.

Quando estávamos no Chapéu Mangueira e na Babilônia, percebemos que a relação dos policiais com a comunidade se dá de forma mais tranqüila. Observamos crianças e jovens brincando e conversando com o capitão e outros soldados da UPP. Fomos testemunhas de uma situação em que uma adolescente fez questão de interromper seu trajeto para escola para cumprimentar todos os policiais, e perguntar até que horas eles iriam trabalhar. A jovem buscava, assim, se aproximar dos policiais. O Tenente Coque ressaltou na entrevista que os soldados e o capitão da UPP têm uma boa relação com os moradores, inclusive com os jovens.

Percebemos que existem duas formas diferentes dos moradores lidarem com a polícia: uma forma conquistada recentemente de respeito e apoio aos policiais da UPP e, outra marcada por conflitos e confrontos, por se reportar à maneira pela qual a polícia aparecia na comunidade em época anterior a UPP. A gestora local da UPP Social narrou uma cena que tinha visto na quadra da FAETEC do Chapéu Mangueira recentemente:

http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/78ae3b67ef30f23a8325763a00621702?OpenDocument

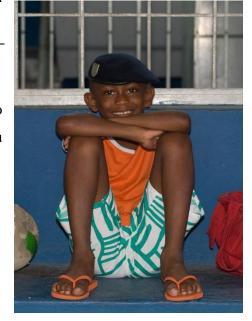
<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Texto da lei:



O capitão da UPP estava na quadra e um jovem ficou encarando-o. O capitão, então, ao passar por ele disse "cara feia pra mim é fome" e o jovem começou a rir. Essa situação parece ser uma brincadeira entre o policial e o jovem, mas também pode ser vista como a encenação do conflito, uma forma do jovem elaborar e também de testar as relações na comunidade. Quando o capitão dá essa resposta, compreendendo que a afronta do jovem deve ser encarada como uma

brincadeira, ele consegue se aproximar, ao mesmo tempo em que impõe a sua autoridade.

Criança usando chapéu de um soldado da UPP durante o fórum da UPP Social no morro do Chapéu Mangueira/Babilônia. Fonte: Site da UPP Social



#### 3.6. Problemas e desafios da UPP

Em agosto e setembro de 2011, uma série de problemas em comunidades com UPP e no Complexo do Alemão, que está ocupado pela força de pacificação, começaram a acontecer. No Morro dos Macacos e na Providência, houve troca de tiros entre policiais e traficantes que ainda estariam nas comunidades. No Turano e na Cidade de Deus, moradores se rebelaram contra abusos cometidos pelos policiais da UPP, que teriam agredidos moradores.

O Complexo do Alemão, apesar de ainda não contar com uma UPP, também foi palco de conflito entre os moradores e o exército que ocupa a região até a chegada da Unidade de Policia Pacificadora. O problema teria começado após os soldados terem pedido, de forma violenta, para baixar o som de um bar. O conflito acabou com alguns moradores feridos por bala de borracha. Logo após esse episódio, houve um tiroteio entre traficantes e a força de pacificação, resultando em uma intensificação do policiamento no Complexo do Alemão e em morros vizinhos que ainda não estão ocupados. Um dos grandes desafios da Unidade de Policia Pacificadora está na relação dos moradores com a polícia. De acordo com o resultado parcial da pesquisa "Mais Justiça e



Sociedade"<sup>11</sup>, realizada em junho de 2011 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Cantagalo, onde já há UPP, 29% dos moradores disseram que tiveram algum direito desrespeitado nos últimos 12 meses, e a principal queixa dos moradores é de desrespeito policial. Já no Vidigal, onde não há UPP, este índice é de 20%, e apenas 9% se queixam da violência policial (a maior queixa, 23%, está relacionada a desrespeito por parte de vizinho). Porém, é importante ressaltar que a nota média dada à policia no Cantagalo (6,2) é maior que a nota dada no Vidigal (4,7). Isso demonstra que, apesar dos problemas relacionados aos policiais das UPPs, que agem de forma autoritária, e que se mostram despreparados para lidar com moradores, eles ainda assim apresentam uma postura diferente de outros policiais.

Nos meses de julho, agosto e setembro de 2011, quase diariamente, foram veiculadas, nos meios de comunicação, notícias negativas em relação à UPP, incluindo: tiroteios, conflitos de moradores com a polícia e assassinatos. De acordo com o jornal O Globo<sup>12</sup>, áreas com UPP tiveram 23 mortes em um ano e cerca de 70% teriam sido cometidos por traficantes que ainda estão nas regiões pacificadas. Esse número de mortes ainda é alto, porém nós não temos dados de anos anteriores sobre assassinatos nas favelas para que possamos fazer uma comparação. Os traficantes teriam agido para se vingar de moradores que denunciaram as ações do tráfico e que apoiaram a polícia. Desse modo, os traficantes que permanecem em áreas com UPP acabam intimidando os moradores, que sentem medo de serem reprimidos. Em pesquisa anterior (CECIP, 2010), muitos moradores demonstraram medo de participar das reuniões com a UPP, pois os traficantes continuavam presentes e "olhando tudo o que acontece".

Outra questão importante relacionada aos desafios da UPP é um novo sentimento de insegurança nas comunidades com UPP. Isso aconteceria porque, durante o controle da comunidade pelo tráfico de drogas, os moradores viviam sobre duras regras de comportamento que, quando transgredidas, eram imediatamente punidas de forma muito rigorosa (CECIP, 2010). Com a chegada de leis do Estado, a percepção de alguns moradores é de que as punições acabaram ou ficaram mais brandas, o que levou ao aumento de delitos e brigas nas comunidades pesquisadas. Na mesma pesquisa, levantou-se outro ponto problemático: a atribuição de diversas funções, que não

\_

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Dados parciais da pesquisa "Mais justiça e sociedade", disponível em http://direitorio.fgv.br/cjus/maisjusticaesociedade

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup>Fonte Jornal O Globo, disponível em:

http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2011/09/11/areas-com-UPPs-tem-23-mortes-em-12-meses-404721.asp (acessado em 13/09/ 2011)



têm relação com segurança pública, à policia. Uma instituição detendo tanto poder pode transformálo em uma relação autoritária. Isso significa que as comunidades com UPP continuam vivendo sob condições de exceção, que não se aplicam ao resto da cidade.

Faixa dos moradores em um protesto no Complexo do Alemão: "O povo do Alemão é humilhado pelo exército, sai o comando vermelho e entra o comando verde".



Fonte: Notícias R7<sup>13</sup>

No dia 5 de setembro, nos morros da Coroa, Fallet e Fogueteiro, em Santa Teresa, policiais da UPP foram presos com R\$ 13 mil de origem desconhecida. Pouco tempo depois, foi descoberto um esquema de corrupção onde os policiais dessas unidades recebiam dinheiro do tráfico, propina essa que variava de acordo com a patente do militar. A denúncia culminou com o afastamento do comandante e subcomandante da UPP local e com a ocupação dessas comunidades pelo BOPE e pelo batalhão de choque, que ficarão nelas por tempo indeterminado. Segundo o sociólogo Ignacio Cano<sup>14</sup>, "você não transforma uma polícia como a do Rio, com um histórico de violência e

1

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup>Notícias R7 <a href="http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/procuradoria-abre-inquerito-para-investigar-confronto-no-complexo-do-alemao-moradores-fazem-protesto-nesta-segunda-20110905.html">http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/procuradoria-abre-inquerito-para-investigar-confronto-no-complexo-do-alemao-moradores-fazem-protesto-nesta-segunda-20110905.html</a> (disponível em: 20/09/2011)

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Fonte Jornal O Globo, disponível em <a href="http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/11/um-longo-caminho-ser-percorrido-diz-especialista-sobre-UPP-apos-descoberta-de-corrupcao-925332957.asp">http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/11/um-longo-caminho-ser-percorrido-diz-especialista-sobre-UPP-apos-descoberta-de-corrupcao-925332957.asp</a> (acessado em 13 de setembro de 2011)



corrupção, da noite para o dia. É ingenuidade achar isso como também julgar que com algumas UPPs o problema de violência no Rio seria resolvido de forma absoluta".

Para compreender melhor a dimensão das Unidades de Polícia Pacificadora, o futuro e seus desafios, é apresentado a seguir um trecho da entrevista que nos foi concedida em 2010 pelo sociólogo Luiz Eduardo Soares:

"As UPPs não têm sustentabilidade na escala, ainda não são políticas públicas. Para ser, teriam que ter escala de sustentabilidade. Não há como você dar escala e sustentabilidade a um projeto, tornando-o uma política, se os operadores do projeto estão dominados pela degradação institucional, pela corrupção. As polícias são o nosso grande problema no Rio e são dezenas de milhares de criminosos uniformizados. Se você não muda a polícia, quando a UPP sair do "Circuito Elizabeth Arden", sair da pauta da mídia diária e do controle externo da sociedade mais participativa, a polícia vai ter que tomar conta do projeto, afinal ela é a base do projeto. Não é a única responsável, mas é a base. E ai nesse caso, a tendência dominante da policia vai se fazer valer. Se a tendência dominante hoje é essa, que aponta pra milícia, corrupção, não vai haver futuro. E até hoje, o Cabral não disse uma palavra, nem o secretário, sobre qualquer política de reforma policial em profundidade."

Para Luis Eduardo Soares, o grande problema das UPPs é estarem ligadas à estrutura militar. Diferentemente do exercito, a função da Polícia Militar não é a guerra, e isso acaba levando a um choque entre a formação militar e a prática de polícia comunitária. O policial precisaria ter uma outra formação, além de mais autonomia, descentralização e flexibilidade: "É impossível o trabalho de policiamento comunitário com estrutura militar. Por mais honesto e bem intencionado que fosse, nós já temos ai um problema tremendo. A estrutura e o treinamento militar se chocam com a idéia da comunidade, direitos humanos e transparência."

Desse modo, como também apontou a pesquisa realizada pelo CESEC (2010), a formação dos policiais ainda se constitui como um sério problema para as UPPs, uma vez que os policiais não estão preparados para trabalhar em comunidades, dialogando com os moradores e mediando conflitos. Outro ponto importante foram as avaliações negativas sobre as condições de trabalho nas UPPs, principalmente ligados às condições dos dormitórios e dos banheiros. E ainda, quase 70% dos pms entrevistados prefeririam estar fora da UPP, trabalhando sobretudo nos batalhões tradicionais. A pesquisa ressalta que, dessa forma, é importante que os policiais também se sintam beneficiados com as mudanças que a UPP apresenta para que o projeto se consolide e se aprimore.



## 4. O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP)

O Instituto tem sua origem na Fundação Rioplan. Criada em 1979 e posteriormente transformada em Empresa Municipal de Informática e Planejamento, a Iplanrio desempenhava atividades de informática, planejamento urbano, projetos urbanísticos, produção de estatísticas gerenciais, além de ser responsável pela base cartográfica do Município do Rio de Janeiro. Em 1998, a empresa Iplanrio foi desmembrada e continuou responsável pela área de macroinformática da Prefeitura. As funções relativas ao planejamento urbano e à produção de informações gerenciais e cartográficas do município passaram para o novo Instituto Pereira Passos - IPP.

Em 2009, as competências do IPP foram alteradas, passando a área de Projetos Urbanos para a Secretaria Municipal de Urbanismo e acrescentando às competências do IPP a implantação de projetos estratégicos da Prefeitura. O Instituto Pereira Passos (IPP) é uma autarquia 15 da prefeitura do Rio de Janeiro, que tem como principal objetivo promover políticas públicas de melhoramento da cidade. O IPP trabalha com alguns eixos principais: incentiva e produz conhecimento sobre a cidade, produz e divulga informações estatísticas e desenvolve programas chaves para a prefeitura, como por exemplo, a revitalização da Zona Portuária. As áreas de atuação estão ligadas ao desenvolvimento econômico, por meio de estudos e contatos com agências de financiamento e centros de pesquisa. No que diz respeito às informações sobre o Rio de Janeiro, o IPP desenvolve pesquisas, promove a manutenção do acervo de dados de interesse para a cidade, coordena o sistema de informações, entre outras coisas. O atual presidente do IPP é o economista Ricardo Henriques.

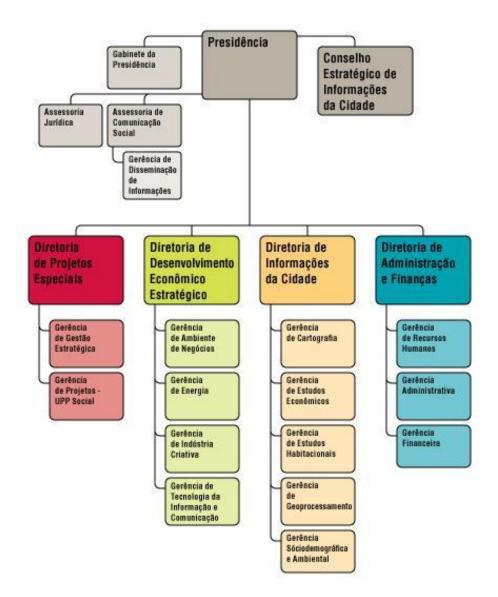
O Instituto Pereira Passos (IPP) se organiza em quatro diretorias, que por sua vez se dividem em gerências. Veja abaixo o organograma e a descrição da estrutura da organização:

Fonte: http://www.dicio.com.br/autarquia/

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup>"Entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita à fiscalização e à tutela do Estado, com patrimônio constituído de recursos próprios, e cujo fim é executar serviços de caráter estatal ou interessantes à coletividade, como, entre outros, caixas econômicas e institutos de previdência."



## Organograma e estrutura do IPP



Fonte: Site do IPP

A Diretoria de Informações da Cidade (DIC) do IPP produz informações cartográficas, geográficas e estatísticas sobre o Rio de Janeiro, reunindo, elaborando e divulgando dados necessários ao planejamento e à gestão da cidade. A DIC mantém na internet o portal Armazém de Dados, principal meio de divulgação de dados da Prefeitura sobre a Cidade do Rio de Janeiro.

A Diretoria de Desenvolvimento Econômico-Estratégico (DDE) do Instituto Pereira Passos articula projetos de fomento de atividades econômicas estratégicas e de implantação de um



ambiente favorável aos negócios na cidade do Rio de Janeiro, especialmente nos setores de Energia, Indústria Criativa e Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

A diretoria de Projetos Especiais dedica-se ao desenvolvimento de programas e projetos estratégicos para a integração social e urbana da cidade. Para isso, provê suporte à formulação, coordenação intersetorial e gestão territorial de ações pelas diversas secretarias e órgãos da Prefeitura. Um exemplo de projeto estratégico da Prefeitura e do IPP é o Porto Maravilha, cuja implementação envolve investimentos da Prefeitura que contempla: a revitalização da Praça Mauá; urbanização do Píer Mauá; a reurbanização do Morro da Conceição; reurbanização completa do bairro da Saúde; o calçamento, iluminação pública, drenagem e arborização de eixos viários; a implantação do trecho inicial do Binário do Porto; a demolição da alça de subida do viaduto da Perimetral; a implantação da Pinacoteca do Rio e do Museu do Amanhã. Entre as atividades da Diretoria de Projetos Especiais, destaca-se neste momento a execução do programa UPP Social, cujo diretor é o advogado José Marcelo Zacchi.

## 4.1. O Programa da UPP Social

A UPP Social é um programa executado pela Diretoria de Projetos Especiais do Instituto Pereira Passos (IPP), e faz parte do projeto de "pacificação" das comunidades antes ocupadas pelo tráfico de drogas e milícias no Rio de Janeiro. A UPP Social coordena esforços dos vários órgãos da prefeitura e promove parcerias com os governos estadual e federal, o setor privado e a sociedade civil com o objetivo de produzir resultados melhores e mais eficientes, evitando o desperdício de recursos e a sobreposição de projetos. A UPP Social pretende melhorar a qualidade de vida dos moradores das favelas ocupadas pela UPP, buscando criar uma articulação entre as demandas da comunidade com as possibilidades de ação de governo, da sociedade civil e do setor privado.

Embora a administração da UPP Social não esteja vinculada à Polícia Militar, o nome "UPP" foi mantido devido à boa repercussão que esse programa teve na opinião pública, como uma forma de atrair mais serviços, projetos e investimentos. A UPP Social age em favelas que já tem UPP, no entanto, se configura como uma ação independente da força policial.

Segundo José Marcelo Zacchi, diretor da UPP Social, até o mês de outubro, a UPP Social terá sido inaugurada nas 17 comunidades que já têm UPP. A inauguração da UPP da Mangueira deverá ocorrer simultaneamente à inauguração da UPP Social na mesma comunidade. Como uma forma de marcar o início das atividades da UPP Social e promover o diálogo, estão sendo realizados fóruns com os moradores, lideranças comunitárias o poder público e a iniciativa privada. A UPP



Social é um projeto transitório, a sua duração vai depender das características da comunidade e dos recursos atraídos para aquele território. A principal missão da UPP Social é a integração plena da favela à cidade. A idéia não é alcançar um modelo perfeito de comunidade, mas sim eliminar o déficit da favela em relação ao bairro e à cidade, como um todo. Existem alguns eixos que direcionam a estratégia, como, por exemplo, a quantidade de crianças escolarizadas, porém as prioridades são trabalhadas com as especificidades de cada localidade. O trabalho da UPP Social é feito em duas dimensões: a primeira é a gestão territorial e a segunda é a mobilização de esforços, de articulação com secretarias municipais e troca de informações.

O projeto da UPP Social, quando foi criado em 2010 era coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, e no início de 2011, se tornou uma atribuição da Prefeitura, através do Instituto Pereira Passos (IPP). O economista Ricardo Henriques que era o Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos no inicio do projeto da UPP Social, foi transferido junto com o programa para IPP, assumindo a presidência do instituto. De acordo com o governador Sérgio Cabral, em depoimento dado no dia 4/1/2010, essa mudança aconteceu porque muitos serviços importantes oferecidos às comunidades são municipalizados e grande parte dos projetos envolvem órgãos municipais. Dessa forma, o trabalho da UPP Social é facilitado se ela estiver vinculada ao município e não ao estado. Nas palavras do governador: "O dia seguinte à instalação da UPP é demandado com serviços da cidade, como limpeza urbana, iluminação, áreas de lazer, creche e escola. A coordenação precisa ser municipal. O estado não vai deixar de estar presente com o ensino profissionalizante e ações na área de lazer. Essa iniciativa dá um sentido de integração e responsabilidade de cada parte". <sup>16</sup>

Na Cidade de Deus, Borel e Providência a UPP Social tinha começado há mais tempo, quando o programa ainda estava vinculado ao governo do estado. Quando a UPP Social passou para o município, os gestores locais contratados pelo governo do estado continuaram trabalhando nessas comunidades e foram alocados no Programa Territórios da Paz, da Secretaria de Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o Pronasci- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Alguns projetos do Pronasci, que estavam em andamento nas comunidades, tiveram a verba cortada pelo Governo Federal, e ainda estão à espera de uma definição se continuarão em

\_

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Fonte Jornal do Brasil, disponível em <a href="http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/01/04/UPP-social-passa-a-ser-monitorada-pela-prefeitura-do-rio/">http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/01/04/UPP-social-passa-a-ser-monitorada-pela-prefeitura-do-rio/</a> (acessado em 13/09/ 2011)



vigor. Por causa disso, na nossa entrevista com José Marcelo Zacchi, este não sabia nos informar sobre quais projetos do Pronasci ainda estavam em andamento nas comunidades com UPP.

O Sr. Zacchi afirmou que deve haver diálogo entre os gestores que atuam pelo estado e os que são do município. A idéia é que eles trabalhem em parceria buscando recursos, o primeiro mais no âmbito estadual e segundo no plano municipal. No entanto, não há muita clareza das atribuições que seriam específicas de cada gestor (do estado e do município) e como os seus esforços podem ser articulados. Essa situação gerou alguns constrangimentos no Morro da Providência, onde a funcionária contratada pelo governo do estado quis marcar o seu espaço de ação, falando em nome da UPP Social, contrariando as orientações de seu superior, o secretário de estado, Rodrigo Neves. Para os moradores da Providência esta indefinição de papeis dificulta o entendimento do papel da UPP Social, pondo em dúvida se é um programa do governo do estado ou do município.

Em maio de 2011, o IPP fez uma parceria com o Escritório Regional do Programa das Nações Unidades para os Assentamentos Humanos na América Latina (ONU – Habitat) para que essa instituição produza e analise dados sobre as favelas, além de operacionalizar as UPPs Sociais. Com isso, o programa da UPP Social sofreu atraso, iniciando as atividades nas comunidades somente em julho de 2011. A equipe técnica da UPP Social foi contratada e capacitada pela ONU-Habitat. Segundo Pedro Henrique, gestor de planejamento e desenvolvimento da UPP Social, a vantagem do convênio com a ONU- Habitat é ter uma maior mobilidade para contratar e gerir a equipe técnica, evitando a burocracia dos serviços públicos. A UPP Social é uma iniciativa que é, por princípio, temporária. Entende-se dessa forma, que as pessoas que trabalham lá também irão ficar por pouco tempo (em Anexo II está a divisão de cargos da UPP Social).

De acordo com o site da ONU- Habitat, a UPP Social tem três pilares. O primeiro diz respeito conseguir resultados de melhorias estruturais nas favelas como, por exemplo, abastecimento de água, melhorias nas habitações, regulamentação de terrenos, proteção do meio ambiente, etc. O segundo está ligado à democracia e cidadania, através de resoluções de conflitos e canais de comunicação. E, por último, o desenvolvimento local por meio da educação, saúde, cultura, esporte e economia.



## Problemas permanecem com a UPP: lixo jogado em encosta na Providência



#### 4.1.1. Estrutura da UPP Social

A UPP Social é composta por gestores locais e assistentes, trabalhando em dupla, para atuar diretamente nas favelas. Eles fazem um mapeamento dos projetos já existentes na comunidade, conversam com moradores e lideranças, procurando conhecer suas demandas e os problemas locais. A inauguração da UPP Social na comunidade se dá com um fórum aberto em uma quadra da escola municipal ou em algum outro local amplo onde diferentes atores podem se reunir (ver em Anexo III o cronograma de fóruns da UPP Social). Os gestores locais encaminham o que observaram durante o fórum e nas suas incursões pelos territórios para o escritório. No IPP, outros funcionários buscam captar serviços, junto às secretarias municipais, investimentos e projetos, com ONGs e iniciativas privadas, que possam atender às necessidades específicas levantadas por cada comunidade.

Dentro de cada secretaria municipal, existe um "ponto focal", que é um subsecretário ou um representante que frequenta as reuniões no IPP, os fóruns comunitários da UPP Social, conversa com possíveis investidores de projetos, e é responsável por levar as demandas e problemas da comunidade para a secretaria de que faz parte. Pedro Henrique, gestor de desenvolvimento econômico e planejamento da UPP Social, contou que a prefeitura pretende dar uma atenção especial à primeira infância através da articulação entre as secretarias de saúde, educação e assistência social. A idéia da UPP Social é integrar espaço, informação e serviço. Assim sendo, não possui uma ação direta especificamente voltada para a infância.



## 4.1.2. Fóruns da UPP Social: críticas e expectativas dos moradores do Morro dos Macacos

Nos fóruns em que estivemos, estavam presentes também moradores, lideranças comunitárias, representantes do Sistema "S"<sup>17</sup>, do setor privado que possuem projetos na comunidade, do poder público estadual, além dos pontos focais das secretarias municipais, o comandante geral de todas as UPPs, o comandante e os soldados que atuam na UPP local, o presidente do IPP, e o diretor e gerente do território da UPP Social, entre outros. Notamos que no fórum do Morro dos Macacos e do Borel, poucos moradores compareceram. Possivelmente, isso aconteceu porque não houve uma ampla divulgação do evento. Quando conversamos com diretora do Centro Cultural da Criança no Morro dos Macacos, ela nos disse que tinha sabido no mesmo dia em que seria realizado o fórum na comunidade. Além disso, o horário da reunião, 6ª feira pela manhã, impossibilita que trabalhadores possam estar presentes. Alguns moradores nos contaram que não freqüentam as reuniões porque não querem se expor, com receio de que o tráfico possa retornar a comunidade e que a participação no fórum seja vista como um ato de adesão à UPP, hostil ao tráfico.

No fórum, o gestor e o assistente local apresentam algumas demandas da comunidade que foram percebidas durante o mês em que estiveram por lá, o poder público apresenta os projetos que estão previstos para aquele local e os moradores e lideranças colocam suas opiniões sobre os problemas da comunidade, críticas à forma como o trabalho vem sendo encaminhado, e as expectativas em relação às melhorias da comunidade. Depois do fórum inaugural da UPP Social, são realizadas reuniões mensais para se discutir como as propostas estão sendo encaminhadas. O Fórum é, portanto, um espaço de diálogo com a comunidade.

Percebemos nos fóruns, que o poder público passa a maior parte do tempo marcando a sua presença, falando dos projetos e ações que estão previstas para aquela região. As lideranças, em geral, agradecem pela oportunidade de abrir esse espaço de discussão na comunidade e esperam que a presença da UPP Social possa trazer mais benefícios para comunidade. Alguns moradores aproveitam o espaço para falar dos conflitos, trazendo à tona os problemas da relação com a polícia ou de outras coisas que não vão bem. No Morro dos Macacos uma senhora idosa, com dificuldade

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> O Sistema "S" é formado por organizações criadas pelos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas) com a finalidade de financiar atividades que visem ao aperfeiçoamento profissional (educação) e à melhoria do bem estar social dos trabalhadores (saúde e lazer). Como por exemplo, Sesc, Sesi, Senai, Senac, entre outros.



de andar, reclamou da proibição dos "Cabritos", como são chamadas as kombis que transportam as pessoas entre o alto da comunidade e o asfalto. Ela contou que passa por dificuldade diariamente ao ter que subir e descer a comunidade a pé e pediu a volta imediata desse meio de transporte. Com a entrada da UPP, a prefeitura proibiu os "cabritos" porque eram controlados pelo tráfico e não tinham nenhuma formalização. Soubemos dias depois que a polícia acabou permitindo o transporte, desde que atue dentro da comunidade e que as kombis sejam cadastradas. Não foi uma solução definitiva, mas contribuiu para resolver a necessidade dos moradores de se deslocar na comunidade, e demonstrou uma escuta por parte dos policiais.

Notamos que alguns moradores gostariam de ter dados mais claros sobre quais serviços vão chegar à comunidade, quando e de que forma. Eles criticam que o fórum não trouxe informações concretas para serem debatidas. Nos Macacos, o Sr. Zacchi declarou que o fórum tinha como objetivo expandir a rede em cada área, e aumentar a força dos moradores. O intuito é criar uma articulação dentro do governo, e ampliar o campo democrático e de ação pública compartilhada. Ele disse que teriam outras reuniões mensais em que os moradores poderiam continuar o debate.

Um mês depois retornamos aos Macacos e percebemos que as pessoas estavam querendo que o poder público trouxesse novas informações sobre as melhorias a comunidade, o que de fato vai acontecer no local. Os moradores tinham muitas expectativas que a UPP iria mudar radicalmente a sua vida, atraindo oportunidades de trabalho, aumento de renda e melhoria de vida. No entanto, as mudanças nesse sentido ainda não foram sentidas. Ao mesmo tempo em que cobram pela presença do Estado através de equipamentos urbanos e serviços, para além da segurança pública, criticam o Estado paternalista, aquele que vai dar tudo aos moradores, que se mantêm passivos. Os moradores evidenciam que há uma cultura de esperar que o Estado apareça, oferecendo soluções, que "outros resolvam tudo por você".

A Firjan, que desenvolve um curso técnico em secretariado na comunidade, critica o desinteresse dos moradores, e sua falta de iniciativa para providenciar os documentos exigidos na inscrição no curso. Segundo uma moradora que trabalha como assistente social "há uma inércia dos moradores, que não se inscrevem e nem aproveitam os cursos e oportunidades que estão surgindo na comunidade". Ela critica a falta de mobilização e de iniciativa dos moradores e aponta que "não adianta só o Estado dar".

Nesse sentido, podemos problematizar se essas iniciativas correspondem aos interesses da comunidade; se elas estão de acordo com as suas demandas. A idéia de que não existe "nada" na favela e que os moradores deveriam ficar gratos com tudo o que lhes é oferecido, muitas vezes,



permeiam as iniciativas de instituições privadas, Estado e ONGs. Na pesquisa anterior (CECIP,2010), notamos que muitos jovens moradores do Morro dos Macacos não freqüentavam cursos que existiam na própria comunidade. Quem participava dos cursos eram jovens de bairros vizinhos e das redondezas. Muitos jovens moradores de comunidades não possuem perspectiva de que aquele curso lhe trará emprego ou oportunidades. Eles permanecem numa posição de "queixa", que os mantém paralisados. Nesse caso, é preciso oferecer atividades que despertem os seus desejos, que provoquem a curiosidade e sejam capazes de conquistá-los.

As pessoas esperam que, assim como a UPP entrou na favela e, imediatamente, tirou as armas dos traficantes, que a UPP Social resolva os problemas da comunidade de um dia para o outro. No entanto, existem mudanças que levam mais tempo e que precisam envolver outros agentes. Desse modo, os moradores reclamam que a presença da UPP Social não atendeu às suas expectativas enquanto a UPP Social afirma que ainda está cedo para ver os resultados.

#### 4.1.3. Chapéu Mangueira e Babilônia: UPP Social e a demanda por creche

Quando estivemos no Chapéu Mangueira e Babilônia acompanhando o trabalho dos gestores locais, reparamos que a UPP Social não tem uma sede própria na comunidade e nenhum tipo de equipamento (computador, celular, rádio). O gestor local e seu assistente passam o dia caminhando pela comunidade, conversando com moradores e lideranças, visitando espaços comunitários que prestam diferentes tipos de serviços à população. Alguns dias da semana, eles têm reunião de equipe com o coordenador, no IPP, para compartilhar experiências e dificuldades, encaminhar as demandas das comunidades e planejar as próximas ações. Os gestores locais também costumam participar dos fóruns de inauguração da UPP Social de outras comunidades, o que até outubro acontecerá semanalmente.

No Chapéu Mangueira, nos reunimos em um bar que recentemente tinha ganhado um prêmio de gastronomia. Nos finais de semana, ele costuma atrair muitos turistas e pessoas de fora da comunidade que vão para conhecer a favela e comer o prato vencedor. Enquanto estávamos lá, muitos moradores passaram e cumprimentaram a gestora local e o seu assistente. Percebemos que eles já eram bem conhecidos dos moradores e que as pessoas os procuravam para comentar sobre alguma coisa que tinha acontecido na comunidade ou para saber mais sobre o trabalho da UPP Social.



Eles contaram que a principal demanda da comunidade é de construção de uma creche pública, pois as duas únicas creches que existem no chapéu Mangueira e na Babilônia estão em situação difícil. Elas perderam o convênio com a prefeitura por estarem dependendo da regularização da condição financeira da associação de moradores e não têm como se manter. Para poder continuar funcionando, as famílias das crianças colaboram, pagando 100 reais por mês, o que é considerado caro para a comunidade, e ainda assim insuficiente para manter a creche funcionando. Com isso, muitos professores deixaram de trabalhar lá.

Diante dessa situação, resolvemos visitar a creche comunitária e conversar com a diretora. Ela nos contou que, muitas vezes, funcionários ficam sem receber, pois a prioridade são as crianças. A diretora disse que não vai desistir, apesar de toda a dificuldade considera a creche importante para as crianças e para as famílias. A diretora contou que já chegou a bater de porta em porta para pedir a ajuda de outros moradores, pois se cada um desse dois reais por mês, a creche não passaria por dificuldade. Mas muitos moradores não quiseram colaborar. Segundo ela, "antes havia muito mais solidariedade na comunidade, as pessoas se ajudavam e se importavam muito mais. A própria creche foi erguida em mutirão. Agora estamos passando por dificuldade e os moradores não percebem mais a importância da creche". Ela disse que uma ONG que trabalha na comunidade, a Casa da Árvore, está apoiando a creche a buscar recursos para manter o espaço aberto, mas ainda não conseguiram resultados.

Visitamos também a Escolinha da Tia Percília que funciona há 21 anos na Babilônia. O espaço atende 165 crianças de 6 a 14 anos, oferecendo aulas de reforço escolar, leitura, informática, violão, balé, futebol, entre outros cursos. As crianças vão para a escolinha no contraturno escolar, onde recebem almoço ou jantar. A instituição atualmente é Ponto de Cultura, recebendo apoio do governo e de uma ONG da Suécia. A fundadora do espaço, a Tia Percília, nos contou sobre as mudanças que a comunidade passou ao longo dos anos. Para ela, a comunidade melhorou muito com a UPP, podendo viver de forma mais tranquila. As crianças também parecem estar mais calmas.

Tia Percília lamenta que ainda haja famílias que passam por muita necessidade. Ela nos contou a história de uma mãe que não tinha com quem deixar o filho mais novo, de dois anos, e eram os irmãos que ficavam em casa tomando conta dele, enquanto ela trabalhava. Um vizinho a denunciou para o Conselho Tutelar e, ela foi obrigada a largar o emprego para não perder a guarda



dos filhos. Sem uma fonte de renda, as crianças passaram a depender da escola e da escolhinha da Tia Percília para se alimentar. O mais novo não conseguiu vaga na creche e vive de doações dos vizinhos, que buscam ajudar de alguma forma.

A história dessa família mais uma vez apontou para a necessidade de creches públicas capazes de atender às crianças pequenas moradoras do Chapéu Mangueira e da Babilônia. Por outro lado, deixa claro que a ausência de investimento na educação infantil afeta a família como um todo, impedindo a mãe de trabalhar e, muitas vezes, fazendo com que os irmãos assumam a responsabilidade de cuidar de uma criança pequena, colocando-os em risco.

# 4.1.4. Monitoramento e avaliação da UPP Social

Segundo José Marcelo Zacchi, o trabalho da UPP Social deve passar por avaliação. O IPP está elaborando uma pesquisa que servirá como um marco inicial de avaliação da UPP Social. Nessa pesquisa se discutirá os indicadores necessários para tornar a favela integrada. Atualmente, a equipe do IPP está debatendo sobre o que é integração e quais critérios podem ser criados para saber se uma favela já se integrou ou não à cidade. Para isso, eles estão elaborando os índicadores de integração, que vão conter vários aspectos: a situação econômica, a escolaridade das crianças, o acesso à saúde, emprego, serviços básicos, entre outros. Para o diretor, dizer que a favela se tornará integrada à cidade não significa que ela passará a ter ótimas condições, superiores aos bairros nos quais estão situadas. Essa relação de desigualdade da favela em relação ao bairro varia de acordo com a região da qual ela faz parte. Muitos bairros do Rio, na Zona Oeste, principalmente, tem condições piores, são mais pobres do que as favelas e são considerados bairros. Por isso, a dificuldade de criar esses indicadores sobre o que seria uma favela integrada à cidade.

#### 5. Iniciativas públicas para a primeira infância no município do Rio de Janeiro

A Secretaria Municipal de Educação, em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, criou o programa Primeira Infância Completa, inspirado no sistema de proteção integral à primeira infância, promovido pelo Ministério da Saúde chileno, denominado de "Chile Crece Contigo". Esse sistema tem como objetivo acompanhar as crianças desde a gestação até o ingresso no sistema escolar com quatro, cinco anos de idade. O programa Chile Crece Contigo



pretende prover acessos a serviços de caráter universal que atendam as necessidades das crianças e apõem seu desenvolvimento integral em cada etapa que compõe a primeira infância. Segundo Eduardo de Pádua, subsecretário de educação, uma equipe desta Secretaria, junto com Ricardo Paes de Barros, subsecretario de Ações Estratégicas da Presidência da República, foi ao Chile para conhecer de perto esse programa, que tem como objetivo beneficiar as crianças, principalmente as mais pobres, que não podem pagar pela creche.

O programa implementado no Rio de Janeiro parte do princípio básico de que a criança é única – a mesma criança é atendida na educação, na saúde, na assistência social – a mesma família. Segundo Eduardo de Pádua a "criança é única, mas o sistema público retalha a criança. É preciso unificar as informações sobre a criança". A proposta prevê a criação de um cartão que contém informações da criança tanto da saúde, quanto da assistência e da educação. A Secretaria de Educação ficou responsavel pela implementação desse projeto de unificação do atendimento à primeira infância na cidade do Rio de Janeiro. O programa abrange princialmente três projetos voltados para primeira infância: Espaços de Desenvolvimento Infantil, PIC e Avaliação do Desenvolvimento Infantil.

#### 5.1.1. Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI):

Segundo os dados da Secretaria Municipal de Educação, atualmente, a cidade conta com 255 creches municipais, 29 Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI) e 109 escolas com creche, o que chega a 386 unidades públicas com atendimento a creche, além de 178 creches conveniadas. São 55.664 crianças matriculadas em creche, onde 38.886 estão na rede municipal e 16.778 na rede conveniada e ainda 73.577 na pré-escola. De acordo com dados do IBGE de 2010, há 225.482 crianças de 0 a 3 anos na cidade do Rio de Janeiro.

A proposta dos EDIs está centrada na criação de unidades que abrigam tanto a creche quanto a pré-escola em um mesmo ambiente físico. Os principais pilares do EDI são: junção de creche e pré-escola, sala de primeiros atendimentos, biblioteca infantil e atendimento em período integral., sendo sete deles em áreas que já têm UPP. Segundo a secretária de Educação Claudia Costin, até 2012, serão construídos mais Espaços de Desenvolvimento Infantil nas regiões que têm UPP no Rio, ampliando a capacidade de atendimento nestes locais em mais 2.510 vagas.

Apesar de já existirem muitos EDIs, profissionais que trabalham neles reclamam que faltam equipamentos e, em alguns espaços, ainda não têm berçário, como propõe o projeto. Professores de



creches e pré-escolas criticam a construção de prédios novos de alto custo para a instalação de EDIs, enquanto outros espaços continuam funcionando em péssimas condições a até correndo o risco de fechar. Para eles, a criação de EDIs parece ser uma preocupação do prefeito Eduardo Paes e da secretária Claudia Costin em deixar a sua marca na cidade, servindo, futuramente para fins eleitoreiros.

Entretanto, a idéia de criar um espaço integrado que una os diversos serviços para a primeira infância nos parece interessante. Será necessário aprofundar a investigação para saber se há, além da construção do edifício, uma nova proposta pedagógica em curso. Acreditamos que creches, préescolas ou EDIs devem ter profissionais qualificados para trabalhar com crianças pequenas, a formação adequada deve incluir os gestores e os funcionários. Além disso, esses espaços educativos também devem ser participativos, no sentido em que crianças, educadores e agentes de creche possam dar suas opiniões, eleger os seus diretores e construir juntos a proposta pedagógica para creche e pré-escola.

# 5.1.2. Primeira Infância Completa (PIC)

O programa Primeira Infância Completa (PIC) em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Defesa Civil e Assistência Social, tem como objetivo atender aos sábados crianças (de três meses até três anos e 11 meses) que ainda não estão matriculadas nas creches da rede municipal. O PIC foi elaborado seguindo um modelo de integração, tanto no atendimento da creche quanto ao conjunto de informações transmitido aos pais, tratando de temas relativos ao desenvolvimento infantil. O programa piloto foi lançado em 2009 em dez creches e em 2010 foi ampliado para vinte creches. A previsão para 2011 é que chegue a 100 creches e atenda a dez mil crianças, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação.

O PIC está atrelado ao Cartão Família Carioca, programa de transferência de renda da prefeitura que usa a mesma base cadastral do Bolsa Família no Rio, programa do Governo Federal que serviu de inspiração para o programa. O Cartão Família Carioca é destinado às famílias em situação de pobreza, caracterizadas pela renda mensal de R\$ 108,00 (cento e oito reais) por integrante da família. Os valores do benefício podem variar de R\$ 20 a cerca de R\$ 400 por família, sendo a média de R\$70. Para receber o complemento, é exigido das famílias que cada criança em idade escolar mantenha frequência mínima de 90% nas aulas, além da participação de pelo menos um dos responsáveis nas reuniões bimestrais da escola. Os alunos que melhorarem seu desempenho



escolar ao longo do bimestre receberão um bônus de R\$50 (até R\$ 200 por ano). As famílias que são atendidas pelo Cartão e não conseguiram vagas nas creches tem a obrigatoriedade de ir ao PIC aos sábados para não perder o benefício.

Com esse programa, apesar das crianças só frequentarem a creche uma vez por semana, elas são contabilizadas como crianças atendidas pela Secretaria Municipal de Educação, porém sem oferecer um atendimento de qualidade e de forma integral. Essa parece ser uma estratégia de melhorar as estatísticas do governo, de forma econômica e sem atender os reais interesses e necessidades das crianças e suas famílias. O que eles precisam é da creche integral durante a semana, para que os pais possam trabalhar e ter com quem deixar os filhos de forma segura. A participação no PIC não garante vaga na creche no ano seguinte.

Segundo algumas educadoras que trabalham em escolas que têm PIC, a direção da creche não ganha a mais por estar aos sábados no programa e os outros funcionários ganham R\$80,00 por dia de PIC. Por ser um trabalho optativo, muitas vezes faltam funcionários para trabalhar no programa. Além disso, há também o problema de adaptação das crianças. Elas frequentam a creche somente uma vez por semana e em cada semana há funcionários diferentes, o que dificulta a adaptação das crianças à creche, especialmente sem a presença constante da família. A avaliação do programa é feita pela própria gestora da creche, o que faz com que os resultados sejam questionáveis. Outra crítica ao programa é que há pouco diálogo com a comunidade em que está inserida a creche.

#### 5.1.3 Avaliação do desenvolvimento infantil:

Em 2010, o município do Rio de Janeiro passou a realizar um acompanhamento do desenvolvimento de todas as crianças de creches públicas ou conveniadas. O instrumento utilizado é o "Ages and Stages Questionnaires" (ASQ) que é aplicado em diversos países. O ASQ<sup>18</sup> vai avaliar a coordenação motora ampla, coordenação motora fina, habilidade na resolução de problemas e questões de desenvolvimento pessoal/social nas crianças de até cinco anos. Os questionários já foram aplicados pela secretaria municipal de Educação, com o apoio da secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (SAE), em 46 mil crianças de 462 creches municipais e conveniadas.

http://professoresleigos.blogspot.com/2010/10/asq3.html#!/2010/10/asq3.html

Para ver os modelos de questionários que são aplicados:



É importante ressaltar que os educadores receberam uma orientação técnica para aplicar os questionários, porém não houve uma discussão ampla sobre os motivos e os critérios dessa avaliação. Esse foi um modelo de avaliação importado dos EUA, em que não houve a participação dos educadores da Educação Infantil na sua elaboração e no seu desenvolvimento. Foi uma estratégia que veio de cima para baixo, de forma autoritária.

Podemos questionar o valor desse instrumento uma vez que foca apenas no desenvolvimento, sem considerar outras características das crianças e das creches, tais como: o lugar onde a creche está situada e onde as crianças moram, a organização e história das crianças e suas famílias, os hábitos e costumes locais, entre outros. São aspectos culturais, econômicos e sociais importantes que deveriam ser considerados em uma avaliação. Segundo a professora da UNIRIO, Léa Tiriba, em entrevista concedida ao Estado de São Paulo, em 3 de outubro, ao analisar as questões do questionário, percebe-se que "o interesse está voltado para a destreza, para trabalhos no futuro. Não se pergunta sobre a criatividade, a capacidade de interação com os colegas". Para ela, seria mais importante formar professores capazes de interagir com seus alunos e de identificar possíveis dificuldades, ao invés de mobilizá-los para responder um questionário.

Outro ponto fundamental, é que essa avaliação acaba criando um ranking das creches e não é posto em questão como o seu Projeto Político-Pedagógico vendo sendo implementado. É uma avaliação das crianças e não da instituição como um todo, uma vez que a forma como a creche se organiza, a formação dos funcionários, as atividades realizadas com as crianças, a relação da creche com a família, entre outros aspectos, não estão sendo avaliados.

Segundo o profissional da Secretaria de Saúde que entrevistamos, há uma grande dificuldade de estabelecer um diálogo entre as diferentes secretarias e de chegar a acordos. A perspectiva que a educação tem do papel do profissional de saúde é equivocada. Ele afirma que o papel do médico na escola deve ir além de consultar e dar medicamentos para crianças. Atualmente, é pequena a equipe que trabalha na escola. A participação do médico deve estar integrada ao sistema escolar, e não na forma de atendimentos individualizados. Historicamente, a Saúde trabalha de forma mais próxima da comunidade. Por isso, seria importante que a equipe de saúde trabalhasse junto com a comunidade e os funcionários da escola na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

## 5.2. Secretaria de Saúde:



A secretaria municipal de Saúde e Defesa Civil (SMSDC) é responsável por formular e executar a política municipal de saúde. Parte do Sistema Único de Saúde (SUS), do governo Federal, a secretaria é norteada pelos princípios desse sistema, que tem como propósitos promover a saúde, priorizando as ações preventivas e democratizando as informações relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua saúde.

### 5.2.1 Programa Saúde da Família:

O Programa Saúde da Família tem por objetivo reorganizar o atendimento básico de saúde prestando atendimento à comunidade por meio da prevenção, educação, reabilitação e promoção. O trabalho é realizado por uma equipe multiprofissional (médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, odontólogo, técnico em higiene dental e atendente de consultório dentário) que busca não somente o atendimento integral do paciente, mas também o incentivo à organização e participação comunitárias.

Segundo Pedro Lima, cada secretaria elenca os projetos prioritários para as áreas com UPP. No caso da secretaria de Saúde, o projeto principal é o "Saúde da Família", que tem como objetivo focar as ações na atenção primária, trabalhar a prevenção e a promoção da saúde e realizar diagnóstico precoce de doenças. Atrelado ao programa Saúde de Família, estão as Clínicas da Família que têm um modelo de atenção personalizado e focado na prevenção e na promoção da saúde, onde a população é sempre atendida pela mesma equipe de profissionais. Nessa estratégia, o cidadão terá uma equipe de saúde que oferecerá atendimento personalizado. A clínica terá horário de atendimento ampliado, com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 h, e aos sábados, das 9 às 12 h. Das 17 comunidades com UPP, apenas três ainda não receberam a confirmação de que irão receber uma Clínica da Família: Andaraí, Providência e Cidade de Deus (esta última já tem uma unidade de referência e, por isso, decidiu-se investir em Rio das Pedras). As outras 14 comunidades já contam com a Clínica da Família ou já têm a confirmação de que irão receber o programa.

#### 5.3. Secretaria de Assistência Social:



#### 5.3.1 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS):

De acordo com o secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, que assinou o Pacto de Gestão do Sistema Único de Assistência Social com representantes do governo federal e de prefeituras fluminenses, até o fim de 2011, todas as comunidade com UPP serão atendidas por um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). O objetivo dos CRAS é ampliar o acesso aos programas de inclusão no mercado de trabalho, com a criação de cursos de capacitação. Além disso, as equipes buscarão famílias que possam ser incluídas em programas de transferência de renda como o Renda Melhor (programa estadual de auxílio financeiro) e verificarão se as condicionantes exigidas, entre elas a frequência escolar, estão sendo cumpridas.

As primeiras comunidades a serem beneficiadas serão Batam (em Realengo) e favelas da Tijuca. Hoje, existem CRAS em onze das 17 favelas com UPP. Mesmo nas que já contam com um dos centros o governo planeja a ampliação e melhoria da qualidade dos serviços oferecidos. Apesar da prioridade ser para favelas com UPP, o governo garante que as melhorias também beneficiarão outras áreas. No estado, há 350 CRAS. Até o fim do ano, a meta é chegar a 400 e, em 2014, a 600 unidades nos 92 municípios fluminenses. O Ministério do Desenvolvimento Social investirá R\$ 70 milhões por ano. Outros R\$ 20 milhões serão aplicados pelo governo do estado, além da participação de cada prefeitura. Caberá às prefeituras destinar equipes de assistência social para atuar nas comunidades.

#### 6. O Programa Morar Carioca

Outro projeto que tem por objetivo implementar mudanças nas favelas do Rio de Janeiro é o Programa Morar Carioca vinculado à Secretaria Municipal de Habitação em convênio com o Instituto dos Arquitetos do Brasil do Rio (IAB-RJ). O Morar Carioca tem semelhanças com o programa de urbanização municipal anterior, o Favela-Bairro, mas de acordo com o presidente do IAB-RJ, Sérgio Magalhães, terá uma diferença fundamental: a urbanização das favelas estará atrelada à garantia da efetiva implementação de serviços públicos, inclusive o da segurança pública. "O favela-bairro foi absolutamente inovador nesses aspectos físicos e ambientais, e ele partiu do princípio que uma vez implantadas as redes, os serviços públicos acompanhariam a ação, e isso não se demonstrou verdadeiro. Porque há uma inércia, junto com preconceito e junto à escassez, que não permitiu que isso fosse feito. A área de favela ainda tem sido muito percebida como um lugar



de violência, e isso tem prejudicado muito. Acho que na hora da disputa por serviço público, a cidade mais rica, mais consolidada, sempre leva vantagem. Isso em todo lugar. Ela sempre leva vantagem nos serviços públicos. Mas agora entre levar vantagem e ser absoluta tem uma diferença. No nosso caso em favelas e em áreas pobres também a gente tem uma ausência de serviços". Para o arquiteto as favelas têm que ter os mesmos serviços que os bairros do entorno, da sua vizinhança tem. Na Zona Sul, a situação difere do resto da cidade pois há um abismo econômico entre a favela e o bairro onde ela se insere. Mas na Zona Norte, ou mesmo no centro, como o entorno da Providência, e do Morro da Coroa, o bairro não tem tanta diferença em relação à favela.

O Morar Carioca busca encontrar soluções urbanísticas que ajudem a integrar as favelas à cidade formal, com abertura de ruas, construção de áreas de lazer e esporte, remoção de famílias das áreas de risco e melhorias habitacionais. Também está no plano o plantio de árvores, a construção de ciclovias nas comunidades planas e de teleféricos ou planos inclinados nas favelas que ficam em encostas. Além disso, no programa do Morar Carioca está previsto o investimento na questão social como, por exemplo, a criação de Clinicas de Saúde da Família e Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI).

O Programa Morar Carioca pretende urbanizar todas as favelas urbanizáveis da cidade. De acordo com Sergio Magalhães, "as favelas urbanizáveis são aquelas que não ficam situadas em áreas de risco, cujo investimento para a urbanização seja razoável, que não estejam em áreas de desenvolvimento da cidade, próximas a vias que vão ser construídas ou próximas às áreas de preservação ambiental". Ao todo estão incluídas no programa 216 favelas, divididas em 91 grupos, localizadas num raio de quatro quilômetros das futuras instalações olímpicas nas zonas Sul, Norte e Oeste.

Entre as dez áreas escolhidas pelo Morar Carioca estão algumas que possuem Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) como as favelas de Santa Teresa; o Morro dos Macacos, em Vila Isabel; o Morro dos Cabritos, em Copacabana. No entanto, segundo Sergio Magalhães, o Programa Morar Carioca não necessariamente vai começar pelas favelas que já tem UPP. Os critérios de escolha da Secretaria Municipal de Habitação são bastante extensos e incluem as favelas localizadas em regiões próximas às instalações esportivas para a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Para o arquiteto, a UPP e o Morar Carioca deveriam trabalhar juntos. Dado que existem poucas favelas com UPP, o Morar Carioca deveria começar por ali, mas ele observa que as decisões são tomadas separadamente.



Algumas favelas que têm UPP estão recebendo obras de urbanização do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), como no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Iniciado em 2008, o programa é coordenado pela Secretaria do Estado de Obras (Seobras), e financiado pelo Governo Federal e pela contrapartida do Governo Estadual (a divisão varia de acordo com cada contrato e com o andamento das obras). As obras no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo foram de pavimentação, saneamento básico, criação de galerias pluviais e drenagem, de saídas do morro para o asfalto, criação do plano inclinado, entre outras ações. Além do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo outras favelas já foram contempladas com obras PAC e não vão receber obras o Morar Carioca, são elas: Complexo do Alemão, Rocinha e Manguinhos.

Em agosto de 2011, o governo do estado e a prefeitura do Rio de Janeiro assinaram um acordo para garantir que as 582 favelas do município tenham tratamento de esgoto até 2020. O projeto começará com 133 favelas e, assim como outros projetos, priorizará aquelas que já tenham uma UPP.





#### 6.1. Recursos disponibilizados para o Morar Carioca

Os investimentos do Morar Carioca são oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e da Prefeitura do Rio de Janeiro. Até em 2020 estão previstos o investimento de 8 bilhões de reais.



Na fase inicial do Programa Morar Carioca já foram gastos R\$ 2 bilhões e 200 milhões. O secretário municipal de habitação, Jorge Bittar disse, no dia 4 de Junho em entrevista dada ao Canal de TV Record, que essas obras já começaram nas comunidades do morro da Providência, no Centro do Rio, do Chapéu Mangueira e Babilônia, na Zona Sul, e dos complexos da Penha, de Manguinhos, do Alemão, do Lins de Vasconcelos, do Chapadão e da Pedreira, todos na Zona Norte.

#### 6.2. O Programa Morar Carioca Verde

A prefeitura anunciou intervenções nas comunidades da Babilônia e Chapéu Mangueira com o objetivo de apresentá-las como "modelos em práticas de sustentabilidade" na Rio+20, que será realizada em junho de 2012. O programa, cujos investimentos serão de R\$ 43,4 milhões, recebeu o nome Morar Carioca Verde, após ter sido anunciado, em 2010, como parte do Morar Carioca. Nele serão utilizados materiais que não impermeabilizam o solo, iluminação pública em LED, coleta seletiva e uso de energia solar nas duas comunidades do Leme. As localidades serão beneficiadas com soluções ambientais que envolvem implantação de infraestrutura, acessibilidade e construção de habitações. As iniciativas serão executadas pela primeira vez em favelas, áreas onde residem as populações mais vulneráveis às mudanças climáticas.

# 6.3. Formas de avaliação do Programa Morar Carioca

O Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica (PUC), sob responsabilidade dos Profs. Marcelo Burgos e Maria Alice Rezende, foi contratado para elaborar um caderno para subsidiar os escritórios de arquitetura na realização de um diagnóstico participativo da comunidade. Esse caderno contém informações para orientar os urbanistas e arquitetos a fazerem o levantamento de dados nas favelas, anterior à obra do Morar Carioca, e um questionário-padrão a ser respondido pelos moradores. Na entrevista, Marcelo Burgos disse que a intenção do caderno de diagnóstico é auxiliar os escritórios de arquitetura e urbanismo para que possam criar um diálogo com a população antes da elaboração do projeto. A partir das informações coletadas sobre a comunidade, os arquitetos criam os projetos e apresentam para os moradores, o que ele chama de "mediação sóciotécnica".

Segundo o sociólogo, os escritórios de arquitetura têm dificuldades de pensar um projeto seguindo esse diagnóstico, em que as características da população local foram mapeadas. Os



arquitetos e urbanistas criam um projeto a partir de suas expectativas e das impressões das conversas que têm com os moradores, sem uma pesquisa mais aprofundada. Cada escritório faz de uma maneira o trabalho de consulta aos moradores, sem seguir um procedimento padrão. Desse modo, alguns urbanistas incluem mais a participação dos moradores do que outros. Alguns, mais experientes, criaram uma metodologia própria. Outros ainda estarão iniciando esta prática, ao fazer um trabalho do porte do Morar Carioca. Por isso, Marcelo Burgos considera importante a aplicação do questionário e as orientações contidas no caderno de diagnóstico participativo.

As respostas ao diagnóstico participativo servirão para elaborar o Índice de Democratização da Cidade (IDC), definido como os padrões urbanos que não podem faltar numa cidade que se pretende justa. Nesse índice estarão incluídos: qualidade do domicilio; acesso aos serviços urbanos; a eficácia do acesso do morador à privacidade e mobilidade. Através desses indicadores, podem avaliar as mudanças na qualidade e forma de vida da comunidade. Não há segmento de grupo no caderno de diagnóstico, portanto, não existem perguntas específicas direcionadas para conhecer a realidade de famílias com crianças. A parte quantitativa do diagnóstico será centralizada pelo IPP, que reunirá os dados recolhidos em todas as comunidades do Programa Morar Carioca. Talvez o IPP tenha que contratar uma empresa para aplicar os questionários, uma vez que os escritórios disseram não ter pessoal qualificado para realizar esse diagnóstico. Essa questão sobre quem ficará responsável pela coleta das informações ainda está em aberto.

Sobre a parte qualitativa, Marcelo Burgos disse que ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação. O objeto principal dessa parte é uma investigação sobre as áreas de uso coletivo (quais são as áreas, quem usa, em qual horário, entre outras informações...). Pela experiência dele, as crianças até 14 anos não têm muito espaço para brincar nas comunidades e acabam sendo confinadas ao espaço doméstico. O campo de futebol, por exemplo, raramente pode ser usado pelas crianças. Ele acaba servindo para a realização de campeonatos e partidas de jovens e adultos. Por isso, o sociólogo acha muito importante pensar espaços voltados para crianças: "há certa invisibilidade na questão da criança". Marcelo Burgos contou que tinha um projeto de levar a discussão sobre o Programa Morar Carioca para as escolas municipais. Desse modo, as crianças poderiam se envolver como participantes do programa e multiplicadores das idéias contidas no projeto de urbanização da comunidade onde moram. No entanto, parece que esse projeto não teve apoio do IPP e acabou perdendo força.

Pelo que percebemos há várias disputas entre os atores que participam da construção do Programa Morar Carioca. A prefeitura está com dificuldade para dar clareza ao projeto e ainda não



ficou definido quem vai ser responsável pela parte qualitativa do diagnóstico das comunidades que receberão as obras do Morar Carioca. Entendemos que a nossa presença no IPP poderá apoiar iniciativas como a do sociólogo Marcelo Burgos e de outros pesquisadores, que tenham interesse em incluir a participação das crianças nas transformações da comunidade onde mora.

#### 6.4. Projeto da ONG IBASE, vinculado ao Programa Morar Carioca

Segundo Cândido Grzybowsky, diretor geral do IBASE (Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica), a instituição tem uma proposta para além do diagnóstico das comunidades que receberão obras do Morar Carioca. O projeto do IBASE tem como objetivo fazer entrevistas com jovens (14 a 24 anos), mulheres chefes de família e lideranças locais para compor a história e a identidade dos territórios. Criariam um vídeo com as entrevistas, buscando motivá-los a expressar o que realmente desejam para a comunidade onde vivem. O projeto prevê a formação de grupos locais que serão a semente de uma nova organização comunitária nessas áreas. Depois elaborariam pequenas cartilhas para qualificar a informação que obtiveram nessa etapa inicial e iriam apresentá-las para os moradores para saber se eles se viam naquele retrato. A ideia é fazer, assim, um grande debate sobre "qual favela que queremos?" no qual compareceriam moradores da favela, do entorno e da cidade. Entendendo que os rumos da favela é uma questão que não deve ser discutida de forma restrita aos seus moradores, mas a cidade como um todo. No ano que vem, no evento do Rio +20, seria criado um fórum com todas as favelas que estão no programa Morar Carioca. O IBASE pretende entrar nas comunidades através de redes, como a Pastoral da favela que ajudaria a identificar outros atores locais, além dos presidentes da associação de moradores.

Durante a entrevista, observamos que o projeto não tratava em momento algum das crianças que vivem nas favelas. Candido Grzybowski e Itamar Silva responderam que as crianças não foram incluídas no projeto, pois eles (IBASE) não possuem uma metodologia de pesquisa com crianças. O Sr. Grzybowski pensou em incluir as crianças como um tema a ser discutido por mulheres, lideranças e jovens. No entanto as crianças não seriam mobilizadas a pensar sobre qual favela e cidade gostariam de viver no futuro. Pensamos que, nesse sentido, o CECIP poderia colaborar no projeto do IBASE ao compartilhar experiências bem sucedidas que contaram com a participação ativa de crianças.



# 6.5. Providência: remoções de casas, conflitos e participação da comunidade

O programa Morar Carioca está enfrentando muitos problemas, principalmente ligados às remoções. O Morro da Providência, a primeira favela do Brasil, situada no centro da cidade, é uma das comunidades onde essas intervenções estão sendo mais criticadas. No projeto, a comunidade irá receber um teleférico ligando a zona portuária ao morro, além de um plano inclinado e um museu a céu aberto. A principal queixa dos moradores é a falta de informação e diálogo. Cerca de 700 casas serão demolidas, o que está assustando os moradores que não recebem informações sobre o aluguel social e para onde vão ser transferidos. Uma das áreas mais afetadas pelas remoções previstas pelo Morar Carioca é a escadaria que liga a Praça Américo Brum à parte alta do morro, ao longo da qual quase todas as casas trazem a estigmatizante pichação da Secretaria Municipal de Habitação – um SMH seguido de um número (ver foto). Além do grande problema da remoção, há também a questão da frieza dos técnicos da Secretaria Municipal de Habitação, que segundo moradores, marcam as casas e vão embora sem dar maiores esclarecimentos.

A prefeitura oferece R\$ 400,00 de aluguel social para os que serão obrigados a sair. A previsão é que algumas pessoas que perderam as suas casas sejam alocadas nas 200 moradias que serão construídas nas proximidades da Providência. A questão que preocupa os moradores é: para onde vão as outras 500 famílias? O Morro da Providência fica localizado na região central do Rio de Janeiro, com fácil acesso a transporte. Os moradores não querem ser deslocados para regiões distantes, onde têm sido construídas as casas do programa "Minha Casa, Minha Vida". Aliás, uma das principais queixas dos moradores é sobre a falta de participação na discussão sobre o projeto, visto que essas mudanças vão afetar a vida de todos. Eles querem que suas demandas para a comunidade sejam ouvidas e atendidas.

Participamos de uma reunião em que os moradores estavam se organizando para lutar contra as remoções. Uma das organizadoras do movimento, uma arquiteta que não mora no morro, apresentou uma planta que seria do Morar Carioca para o morro da Providência. Ela teria conseguido com um amigo que trabalha na Secretaria Municipal de Habitação e apresentou o projeto para os moradores, explicando o que seria demolido e construído. Todos observaram atentamente, pois nenhum representante do governo havia apresentado o projeto para os moradores. Uma senhora expressou o sentimento de todos ali: "A gente passou tiro e sufoco pra dar lugar pra turista..."



Por outro lado, há aqueles que encontraram nas remoções a solução para os seus problemas. Alguns moradores insatisfeitos com a vida dentro da comunidade aguardam ansiosamente para serem realocados ou indenizados.

Na entrevista que realizamos com o Comandante Glauco, da UPP da Providência, ele coloca que o Morar Carioca vai melhorar a acessibilidade e o trânsito dos moradores das diferentes áreas do morro. Ele não tem poder para impedir as obras, mas o que ele pode e procura fazer é amenizar a situação com os moradores. O Comandante Glauco disse que muitas das obras que são feitas pelo Morar Carioca vão beneficiá-los, mas os moradores ainda não entenderam isso. Para ele, o teleférico será positivo para comunidade, uma vez que pode atrair turistas capazes de fomentar a economia na Providência, dando trabalho e gerando renda para os moradores.

# Casas que serão removidas na Providência, com a marcação da Secretaria Municipal de Habitação



#### 7. Outras iniciativas e projetos presentes nas comunidades com UPP no Rio de Janeiro

Listamos aqui algumas ações que estão presentes em na maior parte das comunidades com UPP. No Anexo IV disponibilizamos o levantamento feito pela Coordenadoria da UPP dos projetos para crianças de 0 a 8 anos, distribuídos por UPP.

**Luz:** a Light deve investir cerca de R\$ 150 milhões para regularizar, em 2011, o fornecimento de energia de 50 mil residências em áreas com UPP.

**Programa Senac Rio nas UPPs**: promove a qualificação profissional de moradores de áreas com UPP. O objetivo é inserir os participantes no mercado formal de emprego e estimular o



microempreendedorismo. Os cursos são de técnicas de garçom, rotinas de escritório, cozinheiro, estoque e armazenagem estão entre as oportunidades de qualificação - todas com alta empregabilidade no setor do comércio Em um ano, o Senac Rio capacitou mil pessoas em outras cinco regiões da cidade: Batam, Macacos, Providência, Borel e Tabajaras.

Firian/ SESI Cidadania 19: as atividades se dividem em diversos projetos e ações que vão desde o atendimento a crianças de 7 anos com atividades de formação esportiva a um programa especial para a 3ª Idade, passando por alfabetização de jovens e adultos e muitas vagas para formação profissional. Além dos beneficiados diretos pelo Programa, destaca-se também a atuação do agente SESI Cidadania: um morador da própria favela, que passa a ser a referência local para a interlocução com o Capitão da UPP e a comunidade. Esse agente divulga os projetos, inscreve os moradores e acompanha os alunos do Programa, mantendo-os sempre ativos e em dia com atividades. Já são cerca de 30 mil pessoas atendidas nas comunidades com UPP.

**SUDERJ- Rio 2016:** Projeto Suderj<sup>20</sup> (Superintendência de Desportos do Estado Rio de Janeiro) Projeto RIO 2016 faz parte da política de incentivo ao esporte elaborada pelo governo do estado. Criado na atual gestão, o projeto tem o objetivo de promover a inclusão social através do oferecimento de atividades esportivas, recreativas e culturais, atendendo a crianças e adolescentes (em horário complementar à escola), e também a adultos e idosos oriundos de qualquer realidade, sem distinção, inclusive os portadores de quaisquer tipos de necessidades especiais. Cada núcleo pode receber até 600 inscrições. Futsal, judô, karatê, ginástica para a terceira idade, alongamento, natação, vôlei, futebol de campo e atletismo são algumas das modalidades esportivas oferecidas. As atividades são implementadas conforme o interesse das comunidades, bem como o espaço disponível para desenvolvê-las, aproveitando assim a infra-estrutura local. Segundo um entrevistado na pesquisa feita pelo Cecip (2010), que coordena esse projeto no Santa Marta, os equipamentos para a realização das atividades estão em situação precária e o salário dos profissionais é pago de forma irregular.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Fonte: Site da Firjan -

http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC2D4D2930012E3506791F7705.htm (acessado em 20 de setembro de 2011)

Fonte: Site da SUDERJ- <a href="http://www.suderj.rj.gov.br/suderj.asp">http://www.suderj.rj.gov.br/suderj.asp</a> (acessado em 20 de setembro de 2011)



# 8. Considerações finais

O programa de segurança pública de implementação de Unidades de Polícia Pacificadora, que teve início há quase três anos, tem tido resultados positivos em relação à redução da violência nas comunidades ditas "pacificadas" e no seu entorno. A presença da polícia de forma constante nas comunidades ainda enfrenta o desafio de construir uma relação positiva com os moradores. A dúvida se o programa da UPP vai acabar após as Olimpíadas de 2016 gera insegurança e medo do retorno do tráfico de drogas fortemente armado. Essa dúvida que paira sobre se a UPP veio ou não para ficar como política pública permanente também está presente nos policiais que, talvez por este motivo, ainda não se envolveram com a proposta do programa. O aumento do número de queixas de desacato a policiais nas áreas de UPP evidencia que é preciso uma maior qualificação do policial para lidar com pequenos conflitos presentes na comunidade, resolvendo problemas pela via do diálogo. Os últimos acontecimentos noticiados sobre confrontos entre moradores e policiais, demonstram o despreparo da polícia que acaba usando como recurso a força.

No entanto, notamos também que há uma iniciativa dos comandantes locais de se aproximarem da comunidade através da oferta de cursos e aulas para as crianças. Os policiais buscam conquistar primeiro as crianças, para depois ganhar a confiança dos adultos e jovens. Em algumas UPPs, os comandantes dedicam parte do tempo de serviço tentando captar parceiros para o programa, para dar aulas na própria sede da UPP ou em espaços vizinhos. O PROERD, programa em que policiais dão cursos de prevenção ao uso de drogas em escolas que atendem crianças e adolescentes de comunidades com UPP, também significa uma tentativa de aproximação com a comunidade, e de se estabelecer uma relação afetuosa com os policiais.

Desde que se iniciou a instalação de UPPs havia uma expectativa que, junto com a segurança pública, outros serviços e oportunidades chegariam às favelas. Conversando com os moradores, percebemos que há uma frustração nesse sentido, pois, apesar de poderem circular livremente pela comunidade sem a preocupação com tiroteios, outras melhorias ainda não chegaram. O Programa da UPP Social iniciado recentemente (julho de 2011) vem na tentativa de coordenar ações da prefeitura e articular iniciativas da sociedade civil para levar serviços para as comunidades, começando pelos mais básicos, como a coleta de lixo, luz, água encanada, entre outros. Na perspectiva dos moradores e de lideranças comunitárias o trabalho da UPP Social está mais lento do que deveria. O economista Ricardo Henriques, presidente do IPP e responsável pelo programa, afirma que existem tempos diferentes. Existem os tempos da expectativa e da urgência



dos moradores e o tempo da máquina pública. Para ele, tem sido um desafio "fazer com que a máquina pública saia do tempo da ineficiência para o tempo da eficiência". Ricardo Henriques também critica a construção da idéia de que a UPP iria tornar a favela algo melhor do que a cidade: "existem problemas na cidade como um todo, não somente nas favelas. O programa prevê que a favela passe a ter os mesmos serviços da cidade".

Ao longo da pesquisa, notamos como é difícil construir uma ação integrada entre as secretarias municipais. Há disputas entre as secretarias e dentro delas, seja por conflitos entre perspectivas diferentes, seja por rixas políticas. Percebe-se até um desconhecimento do que existe por vezes dentro da própria secretaria em que o funcionário trabalha. Fazer a integração entre as secretarias municipais parece ser um trabalho urgente para que os direitos sociais nas comunidades sejam garantidos. Dentro de cada território com UPP existem múltiplas agendas e programas que se sobrepõem. Dessa forma, os diferentes esforços e investimentos não são somados para a melhoria de vida da comunidade, mas acabam competindo entre si. O desafio é termos um plano de ação em pareceria com a UPP Social apoiando a articulação entre secretarias municipais e órgãos públicos para mobilizá-los pela causa da primeira infância. É uma oportunidade de atuarmos diretamente com o poder público, para influenciar ações de diferentes secretarias que resultem na melhoria de vida para as crianças pequenas.

O termo "cidade pacificada" pode ser entendido como uma negação dos conflitos e das disputas entre classes sociais e de atores com interesses políticos distintos. Podemos questionar se as obras nas comunidades são um reconhecimento do direito à moradia, à cidade, ou um embelezamento para os megaeventos e uma maneira encontrada para expandir o mercado imobiliário. Nesse sentido, as ações do estado e da prefeitura entram de forma autoritária, sem valorizar a construção coletiva com moradores. A queixa dos moradores da Providência é exemplar de que a remoção se dá não somente porque os moradores vivem em áreas de risco ou para dar lugar a obras necessárias para melhoria de vida da comunidade, mas para construir teleféricos, mirantes, e novos pontos turísticos. As obras não incluem a participação e as opiniões dos moradores sobre o que desejam para a comunidade onde moram. Elas aparecem sem que haja negociação ou diálogo.

Para a segunda fase do Morar Carioca estão previstos projetos de diagnóstico participativo, elaborado pela PUC-Rio e de participação e mobilização de moradores, como o desenvolvido pelo IBASE. No entanto, esses projetos não incluem as crianças como um grupo capaz de participar e ter as suas opiniões contempladas nos planejamento da comunidade onde moram. Compreendemos que



as crianças são um grupo que merece uma atenção especial no projeto de urbanização, uma vez que são poucos os espaços onde podem circular e brincar de forma segura. Apesar do acesso à Educação Infantil ser um direito garantido por lei, a falta de creches públicas, que prestam serviço de qualidade, ainda é uma realidade nas comunidades com UPP. Além disso, faltam equipamentos urbanos que garantam espaços de lazer, de brincar, de estabelecer trocas culturais para as crianças.

Nesse sentido, podemos criar uma estratégia de ação juntos às equipes de urbanistas e arquitetos do Programa Morar Carioca, sensibilizando-as e estimulando-as a criar espaços para crianças pequenas nas comunidades, uma reivindicação comum a todas elas. Por outro lado, podemos incentivar criação e monitoramento de estratégias visando incluir a participação das crianças, para que estas possam ter suas opiniões e necessidades contempladas nesses projetos de intervenção. Essa perspectiva implica em mudar a concepção de que crianças devem aguardar passivamente, para que no futuro se tornem cidadãos. Incluir a participação de crianças é percebê-las como sendo capazes de agir no momento presente de suas vidas.

#### 9. Referências

BRAGA, Tania; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra; HORIGUELA, Maria de Lourdes; SILVA, Adilson. O uso de redação como método de avaliação no programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD). *Revista do Laboratório de Estudos da violência e Segurança da Unesp*, São Paulo, n.2. 2009.

CECIP- Centro de Criação de Imagem Popular. *O impacto sobre a primeira infância das políticas de segurança pública e iniciativas comunitárias em comunidades urbanas de baixa renda*, 2010.

CESEC- Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (2010): *Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais*? http://www.ucamcesec.com.br/home/?Unbust

Centro de Justiça e Sociedade – FGV: Mais Justiça e Sociedade: Estudo de Caso nas favelas Cantagalo e Vidigal, 2011. <a href="http://direitorio.fgv.br/cjus/maisjusticaesociedade">http://direitorio.fgv.br/cjus/maisjusticaesociedade</a>

COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

IBPS-Instituto Brasileiro de Pesquisa Social: pesquisa sobre a percepção acerca das Unidades de Polícia Pacificadora, 2010. <a href="http://www.ibpsnet.com.br/v1/"><u>Http://www.ibpsnet.com.br/v1/</u></a>

IETS- Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade e Firjan : Pesquisa nas Favelas com



Unidades de Polícia Pacificadora da Cidade do Rio de Janeiro, 2010. Http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9215B0DC40121793A0FCE1E51.htm

KAZTMAN, R. A Dimensão Espacial nas Políticas de Superação da Pobreza Urbana. In:RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. As Metrópoles e a Questão Social Brasileira. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2007. pp. 301-333.

NEEDELL, Jeffrey D. Belle Époque Tropical. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Flaviane da Costa; ANDRADE, Renato Júdice de; ORTEGA, Lenise Maria Ribeiro; REZENDE, Júnio Vieira de . Avaliando o PROERD: Desafios e possibilidades. In: IV Simpósio Internacional: O Estado e as políticas educacionais no tempo presente, 2008, Uberlândia. Anais do IV Simpósio Internacional: O Estado e as políticas educacionais no tempo presente. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007.

WACQUANT, Löic. Os Condenados da Cidade. Rio de Janeiro: Ed. Revan; FASE, 2001. p. 21-42; 163-198.

#### **Notícias:**

 $\underline{Http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2011/08/UPP-social-e-projeto-ainda-distante-darealidade-no-rio$ 

Http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI155484-15215,00-

<u>CORONEL+ROBSON+RODRIGUES+DA+SILVA+O+NOVO+ROSTO+DA+LEI+NAS+FAVE</u> LAS.html

Http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/area-nobre-do-rio-de-janeiro-tem-o-dobro-de-pms-por-habitante-do-que-zona-norte-20110501.html

<u>Http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/05/28/beltrame-sobre-UPPs-nada-sobrevive-so-com-seguranca-hora-de-investimentos-sociais-924557293.asp</u>

 $\underline{Http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/07/20/prefeitura-estima-UPP-social-em-1-bilhao-que-sera-aplicado-ate-2012-924948448.asp\#ixzz1u0gpz5k9$ 

Http://oglobo.globo.com/rio/rio2016/mat/2011/08/08/estado-prefeitura-assinam-acordo-para-levar-rede-de-esgoto-todas-as-favelas-comecando-pelas-que-tem-UPP-925097114.asp#ixzz1uy2ssl1u



 $\frac{Http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/06/25/moradores-comerciantes-ate-bandidos-ja-se-preparam-para-pacificacao-de-favelas-924767468.asp\#ixzz1qrahx1du}$ 

 $\underline{Http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/12/ataque-policiais-leva-intensificacao-do-patrulhamento-na-UPP-do-morro-dos-macacos-925339312.asp$ 

<u>Http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2011/08/UPP-social-e-projeto-ainda-distante-darealidade-no-rio</u>

 $\underline{Http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/10/policiais-da-UPP-prendem-oito-acusados-de-trafico-de-drogas-no-morro-da-providencia-925329958.asp$ 

Http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/06/policiais-da-UPP-de-santa-teresa-sao-presos-com-13-mil-de-origem-desconhecida-925301872.asp

Http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/08/implantacao-de-UPP-no-complexo-do-alemao-comeca-em-marco-de-2012-diz-beltrame-925309273.asp

 $\frac{Http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/11/um-longo-caminho-ser-percorrido-diz-especialista-sobre-UPP-apos-descoberta-de-corrupcao-925332957.asp$ 

Http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/11/beltrame-temia-corrupcao-defendia-uso-de-novos-policiais-para-evitar-deslizes-925332892.asp

Http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/11/batalhao-de-choque-Bope-vao-ficar-por-tempo-indeterminado-em-tres-favelas-de-santa-teresa-comandante-pms-de-unidade-sao-afastados-925332848.asp

 $\underline{Http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2011/09/11/areas-com-UPPs-tem-23-mortes-em-12-meses-404721.asp}$ 

 $\underline{Http://www.meionews.com.br/index.php/noticias/21-estado-do-rio/4723-rio-pode-ter-50-UPPs-ate-\\ \underline{2016-diz-sergio-cabral.html}$ 

Http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI165856-15228,00-

BELTRAME+SEI+ONDE+ESTA+O+NEM+E+SEI+ATE+O+QUE+TEM+DENTRO+DA+CASA +DELE.html

<u>Http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/01/04/UPP-social-passa-a-ser-monitorada-pela-prefeitura-do-rio/</u>

 $\frac{Http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/20/coordenador-de-UPP-alerta-para-uso-de-drogas-925407656.asp}{925407656.asp}$ 

Http://oglobo.globo.com/fotos/2011/09/14/14\_info\_RIO\_criminalidade.jpg



#### **Outros sites:**

UPP Social: <a href="http://www.UPPsocial.com.br/">http://www.UPPsocial.com.br/</a>

UPP: <a href="http://UPPrj.com/wp/">http://UPPrj.com/wp/</a>

IPP: http://www.rio.rj.gov.br/web/IPP

Secretaria Municipal de Educação: <a href="http://www.rio.rj.gov.br/web/sme">http://www.rio.rj.gov.br/web/sme</a>

Secretaria Municipal de Assistência Social: <a href="http://www.rio.rj.gov.br/web/smas/">http://www.rio.rj.gov.br/web/smas/</a>

Secretaria Municipal de Saúde: <a href="www.saude.rio.rj.gov.br/">www.saude.rio.rj.gov.br/</a>

Dicionário: http://www.dicio.com.br/autarquia/

Firjan> http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC2D4D2930012E3506791F7705.htm

Suderj: <a href="http://www.suderj.rj.gov.br/suderj.asp">http://www.suderj.rj.gov.br/suderj.asp</a>

Apafunk: http://apafunk.blogspot.com/

Lei que define o funk como movimento cultural e musical de caráter popular:

http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/78ae3b67ef30f2

3a8325763a00621702?Opendocument



# Anexo I: descrição das comunidades que têm UPP<sup>21</sup>

#### Andaraí

Comandada pelo capitão Victor Fernandes de Souza, a UPP do morro do Andaraí foi inaugurada no dia 28 de julho de 2010. A unidade conta com um efetivo de 229 policiais e atende às comunidades Nova Divinéia, João Paulo II, Juscelino Kubitschek, Jamelão, Morro Santo Agostinho, Borda do Mato, Rodo e Arrelia. Cerca de 15 mil pessoas são beneficiadas pela UPP, que foi a décima inaugurada no Estado e abrange os bairros do Grajaú e Andaraí. Bairros no raio de 2km²: Jacarepaguá, Alto da Boa Vista, Lins de Vasconcelos, Grajaú, Engenho Novo, Tijuca, Sampaio e Vila Isabel

#### Batan

A comunidade do Jardim Batam, em Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, ganhou a sua UPP no dia 18 de fevereiro de 2009. Há nove anos na Polícia Militar, o capitão Ricardo Ribeiro comanda 105 policiais na comunidade, que hoje possui 40 mil moradores distribuídos em 15 mil casas. Nessa unidade, que ocupa uma ex-base de criminosos, há uma piscina, salas de aula e uma horta comunitária. O nome Batam é derivado da árvore Urubatã que existia no lugar no início da ocupação dos terrenos pelos moradores. Hoje, praticamente extinta, a árvore retorna ao bairro através de uma parceria entre as secretarias de Segurança e Meio Ambiente, que estão levando novas mudas para o replantio.

#### **Borel**

Inaugurada dia 7 de junho de 2010, a UPP Borel abrange além do próprio Morro do Borel, mais sete comunidades da região da Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. São elas: Indiana, Catrambi, Formiga, Morro da Cruz, Bananal, Casa Branca, Chácara do Céu. Esta á oitava UPP a ser inaugurada e a primeira na Zona Norte. São cerca de 20 mil moradores atendidos. Os 290 homens que trabalham no Borel são comandados pelo capitão Bruno Amaral. Bairros no raio de 2km²: Alto da Boa Vista, Grajaú, Tijuca, Andaraí e Vila Isabel

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Fonte site da UPP: <a href="http://UPPrj.com/wp/">http://UPPrj.com/wp/</a>



# Chapéu-Mangueira / Babilônia

Inaugurada no dia 10 de junho de 2009, a UPP Babilônia/Chapéu Mangueira conta com 100 homens e é comandada pelo capitão Felipe Magalhães dos Reis, que trabalha há 10 anos na Polícia Militar e possui quatro de experiência com o policiamento comunitário. O posto tem três pavimentos, com o total de oito alojamentos, nos quais poderão ficar mais de 20 policiais por plantão. Atualmente, o Chapéu Mangueira e a Babilônia, localizadas no Leme, Zona Sul do Rio, abrigam seis mil moradores. Do alto do Morro é possível ter uma vista privilegiada da praia de Copacabana, a mais famosa do Rio.

#### Cidade de Deus

A UPP da Cidade de Deus foi inaugurada no dia 16 de fevereiro de 2009, com um efetivo de 326 policiais recém formados. Com a inauguração da UPP, que trabalha com o conceito de polícia de proximidade, a Cidade de Deus passou a ser a segunda comunidade a receber o novo modelo de policiamento comunitário. O comandante da UPP é o capitão José Luis de Medeiros. A Cidade de Deus fica na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro e ocupa uma área de 135.392,02 metros quadrados. A região administrativa da Cidade de Deus estima que, atualmente, moram no lugar 45 mil habitantes. A história da comunidade ficou conhecida no Brasil e no mundo através do filme 'Cidade de Deus', dirigido pelo cineasta Fernando Meirelles, em 2002.

#### Coroa / Fallet e Fogueteiro

Inaugurada no dia 25 de fevereiro de 2011, a UPP Coroa/Fallet/Fogueteiro conta com um efetivo de 203 homens e é comandada pelo Capitão Elton Costa. A unidade atente às comunidades do Morro da Coroa, Morro do Fallet e Fogueteiro situadas no bairro do Rio Comprido. Esta foi a décima quinta UPP inaugurada no estado, beneficiando diretamente cerca 13 mil pessoas.

# **Formiga**

Inaugurada dia 1º de julho de 2010, a UPP Formiga é a nona UPP a ser inaugurada. São cerca de 5 mil moradores atendidos. Com 110 homens no seu efetivo, a capitão Alessandra Carvalhaes e a comandante da segunda UPP inaugurada na Zona Norte. Bairros no raio de 2km²: Alto da Boa Vista, Grajaú, Andaraí, Vila Isabel, Jardim Botânico, Maracanã e Santa Teresa.



#### **Macacos**

Inaugurada no dia 30 de novembro a UPP do Morro dos Macacos é a 13ª Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro. São 228 policiais comandados pelo capitão Felipe Barreto. As comunidades atendidas pela nova unidade, além do Morro dos Macacos são: Pau da Bandeira, Parque Vila Isabel e Alto Simão. A UPP do complexo do Morro dos Macacos – que fica no bairro de Vila Isabel, Zona Norte do Rio – vai beneficiar um total de 27 mil pessoas da comunidade e entorno. Bairros no raio de 2km²: Jacarepaguá, Lins de Vasconcelos, Méier, Grajaú, Cachambi, Engenho Novo, Tijuca, Andaraí, Jacaré, Jacarezinho, Sampaio, Vila Isabel, Riachuelo, Rocha, Benfica, São Francisco Xavier, Mangueira, Maracanã, São Cristóvão.

#### Pavão-Pavãozinho / Cantagalo

Inaugurada no dia 23 de dezembro de 2009, a Unidade de Polícia Pacificadora Pavão-Pavãozinho/Cantagalo é a quinta UPP e a terceira implantada na Zona Sul do Rio, ao lado da UPP Santa Marta e da UPP Babilônia/Chapéu Mangueira. Juntas, as três passaram a formar um novo corredor de segurança ao longo da orla, do Leme à praia de Ipanema. Com um efetivo de 123 homens, a UPP Pavão-Pavãozinho/Cantagalo é comandada pelo capitão Leonardo Nogueira, oficial com formação humanista especializado em percussão latina pela Escola de Música Villa-Lobos. As duas comunidades se localizam no ponto mais nobre do Rio de Janeiro, entre os bairros de Ipanema e Copacabana e possuem uma das vistas mais privilegiadas da cidade. Nelas, moram 9.500 pessoas. Indiretamente a UPP Pavão-Pavãozinho / Cantagalo beneficia mais 3.500 pessoas. Bairros no raio de 2km²: Leblon, Ipanema, Lagoa, Copacabana, Jardim Botânico, Humaitá e Botafogo.

#### Prazeres / Escondidinho

Comandada pelo Capitão Jefferson Odilon, a UPP Escondidinho/Prazeres foi inaugurada no dia 25 de fevereiro de 2011. A unidade conta com um efetivo de 182 policiais e atende às comunidades do Morro dos Prazeres e Escondidinho, que ficam no bairro de Santa Teresa, no Centro da cidade. Cerca de 7 mil pessoas são beneficiadas diretamente pela UPP, que foi a décima sexta inaugurada no Estado. Bairros no raio de 2km²: Santa Teresa, Rio Comprido, Lapa, Cateto, Glória, Cosme Velho e Laranjeiras.

#### Providência

Inaugurada no dia 26 de abril de 2010, a UPP da Providência atende os cinco mil moradores da comunidade, além dos cinco mil que moram no entorno. O local é emblemático: considerado



oficialmente a primeira favela do Brasil, o morro da Providência está localizado atrás da Central do Brasil, por onde passam mais de 600 mil pessoas diariamente. A unidade – que atende, também, os morros Pedra Lisa e Moreira Pinto – conta com 200 policiais, comandados pelo capitão Glauco Schorcht. O alcance da UPP tem, ainda, impacto direto em toda a região portuária, cujo projeto de revitalização prevê a restauração de galpões culturais na área da Gamboa e a recuperação do entorno da Praça Mauá, está em andamento.Bairros no raio de 2km²: Tijuca, Maracanã, Caju, São Cristóvão, Praça da Bandeira, Santa Teresa, Rio Comprido, Santo Cristo, Estácio, Cidade Nova, Catumbi, Gamboa, Centro e Saúde.

# Salgueiro

O Morro do Salgueiro teve a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da comunidade inaugurada no dia 17 de setembro de 2010, é a 11ª unidade do programa em funcionamento no Estado. Segundo o planejamento, 140 policiais trabalham na comunidade da Tijuca, divididos em quatro turnos. Todos sob o comando do capitão Plínio César Azevedo de Macedo, que tem 28 anos. A UPP atinge diretamente os 4 mil moradores do morro e um número incalculável no entorno. Bairros no raio de 2km²: Alto da Boa Vista, Tijuca, Andaraí, Vila Isabel, Mangueira, Jardim Botânico, Maracanã, São Cristóvão, Praça da Bandeira, Santa Teresa, Rio Comprido, Estácio, Cosme Velho.

#### Santa Marta

UPP do Santa Marta, que fica no bairro de Botafogo, Zona Sul do Rio, foi inaugurada no dia 19 de dezembro de 2008. Trata-se da primeira experiência da Secretaria de Segurança dentro da política de polícia de proximidade. A unidade opera com 123 recrutas que foram preparados em um curso de especialização. Para o comando do posto foi designada a capitã Priscilla de Oliveira Azevedo. A comunidade tem 54.692 metros quadrados e 6 mil moradores e mais 4 mil em seu entorno. Além da vista deslumbrante de toda a orla da Zona Sul, o Santa Marta ficou famoso por ter sido cenário do clipe 'They don't care about us', do cantor Michael Jackson. Bairros: Botafogo e Humaitá.

#### São Carlos / Mineira

Comandada pelo Capitão Luiz Piedade, a UPP São Carlos foi inaugurada no dia 17 de maio de 2011. A unidade conta com um efetivo de 241 policiais e atende às comunidades do Morro do



São Carlos, Querosene, Mineira e Zinco. Cerca de 17.150 pessoas são beneficiadas pela UPP, que foi a décima sétima inaugurada no Estado. Bairros: Estácio e Rio Comprido.

#### São João/Matriz/Quieto

Comandada pelo Capitão Bruno Xavier, a UPP São João/Matriz/Quieto foi inaugurada no dia 31 de janeiro de 2011. A unidade conta com um efetivo de 200 policiais e atende às comunidades do Morro do São João, Morro da Matriz e Morro do Quieto. Cerca de 6 mil pessoas são beneficiadas pela UPP, que foi a décima quarta inaugurada no Estado.

# Tabajaras / Cabritos

Com cerca de cinco mil moradores e mais dois mil em seu entorno, as comunidades da Ladeira dos Tabajaras, Morro dos Cabritos, Pico do Papagaio e Mangueira (em Botafogo) receberam uma Unidade de Polícia Pacificadora no dia 14 de janeiro de 2010. O efetivo de 120 homens é comandado pelo capitão Renato Sena. As comunidades localizadas no bairro de Copacabana, Zona Sul do Rio, abrigam a sexta UPP implantada no Estado.Bairros no raio de 2km²: Jardim Botânico, Lagoa, Santa Teresa, Ipanema, Humaitá, Cosme Velho, Botafogo, Laranjeiras, Copacabana, Urca e Leme.

#### Turano

Inaugurada dia 30 de setembro de 2010, a UPP Turano abrange oito comunidades da região da Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. São elas: Chacrinha, Matinha, 117, Liberdade, Pedacinho do Céu, Paula Ramos, Rodo e Sumaré. Esta é a décima segunda UPP a ser inaugurada e a quinta da zona norte. São cerca de 18 mil moradores atendidos. Os 180 homens que trabalham no Turano são comandados pelo capitão Almir Beltran. Bairros no raio de 2km²: Alto da Boa Vista, Andaraí, V Isabel, Mangueira, Jardim Botânico, Maracanã, S Cristóvão, Praça da Bandeira, Santa Teresa, Santo Cristo, Estácio, Cidade Nova, Cosme Velho, Catumbi e Laranjeiras.

# Mangueira<sup>22</sup>

\_

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Fonte Jornal O Globo, acessivel em: <a href="http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/06/15/cinco-unidades-da-pm-vao-atuar-na-ocupacao-da-mangueira-924691576.asp#ixzz1PRjEr19z">http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/06/15/cinco-unidades-da-pm-vao-atuar-na-ocupacao-da-mangueira-924691576.asp#ixzz1PRjEr19z</a> (acessado em 23 de agosto de 2011).



A 18ª UPP fechará o cinturão de segurança criado pela ocupação de quase todas as favelas do Maciço da Tijuca (Turano, Salgueiro, Formiga, Andaraí, Borel, Macacos e São João), uma área importante para a segurança do Maracanã, onde haverá competições da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Com a pacificação, será possível ir da Zona Sul ou do Centro para a região sem passar por favelas sob o domínio de traficantes.

Com a ocupação da favela, cerca de 1,1 milhão de moradores passarão a ser beneficiados direta e indiretamente por UPPs. Para fazer esse cálculo, a Secretaria estadual de Segurança leva em conta a população que mora num raio de dois quilômetros (distância de um tiro de fuzil) de cada comunidade ocupada. No caso da Mangueira, a estimativa é que esse número chegue a cerca de cem mil pessoas. Atualmente, 293.150 moradores de 64 favelas são diretamente beneficiados pelas UPPs.



# Anexo II: Divisão de cargos da UPP Social

Programa da UPP Social	Cargos	Nomes
IPP	Presidente	Ricardo Henriques
	Diretor	José Marcelo Zacchi
	Gerente de Gestão Territorial	Tiago Borba
	Gerente de Gestão Institucional	Daniela Mothci
ONU- Habitat	Coordenação e Gestão Institucional	Fernando Patiño
	Gestão de Estratégia e Desenvolvimento	Pedro Henrique de Cristo
	Mobilização e parcerias	Joana Fontoura e Fernanda Erlea
	Gestão de Informação	Joana Marie Nunes e Gabriel Autran
	Comunicação e Difusão	Marianna Araujo
	Administração e Finanças	Antonio Carlos Kirchmayer e Vanessa Lindoso dos Santos
	Monitoramento e Gestão Institucional	Roberta Silva, Sharon Hesp, Thayná Bonin
	Monitoramento e Gestão Territorial	Monique França, Thales Monteiro, Gustavo Ferreira
	Gestores locais	André Sobrinho, Antônia Gama, Flora Moana Van de Beuque, Luiz Felipe Thomaz, Monique Carvalho, Raíza Siqueira, Sandra Monica Silva, Vinicius Gentil
	Assistentes locais	Damian Platt, Ebenézer Oliveira, Eduardo Matos, Henrique Silveira de Souza, Igor Pantoja, João Marcos Cividanes, Luanda Ribeiro do Nascimento, Paula Granada, Ricardo Luciano de Sousa, Samuel Lima



# Anexo III: Cronograma de fóruns da UPP Social

Território	Fórum
Escondidinho / Prazeres	20/mai - 9:30
Fallet - Fogueteiro / Coroa	20/mai - 9:30
Providência	10/jun - 9:30
Borel	17/jun - 9:30
Cidade de Deus	29/jul - 09:30
Macacos	5/ago - 9:30
Chapéu Mangueira / Babilônia	12/ago - 9:30
Turano	19/ago - 9:30
Pavão - Pavãozinho / Cantagalo	26/ago - 9:30
São Carlos	02/set - 9:30
Salgueiro	16/set - 9:30
Andaraí	23/set - 9:30
Batan	30/set - 9:30
São João	07/out - 9:30
Santa Marta	14/out - 9:30
Tabajaras / Cabritos	21/out - 9:30
Formiga	28/out - 9:30



# Anexo IV: Projetos em comunidades com UPP para crianças de 0 a $8~{\rm anos}^{23}$

# **UPP SANTA MARTA**

Casa Santa Marta (Creche), UNAPE Anchieta (Creche), Creche Mundo Infantil, Casa de Maria e Marta (ONG - Complemento Escolar), ONG- Grupo Eco, ONG- Atitude Social, Projeto SUDERJ em Forma, Projeto Ismel, Projeto Zico, Projeto Abadá Capoeira, Projeto Spanta Neném, Projeto Repercussão, Associação de Moradores- Biblioteca, Fábrica do conhecimento -FIRJAM.

#### **UPP CIDADE DE DEUS**

Associação Semente da Vida - parceria com Sesi - (informática, capoeira, dança, ginástica olímpica, higiene e saúde, reforço escolar, inglês, meio ambiente, artesanato), CRJ - Centro de Referência da Juventude - (taekendo, jiu -jitsu, futsal, modelo e manequim, fotografia, francês e violino), Sesi Cidadania e Firjan (vôlei, futebol, informática, inglês, português, teatro, dança, reforço escolar, música: teclado e teoria, música: violão, contrabaixo, cavaquinho, banjo), karatê, Creche Infantil Cidade de Deus (Educação Física e recreação infantil), Camerj (escolinha de futebol, oficina de teatro), reforço escolar.

#### **UPP JARDIM BATAN**

Sesi / Sistema Firjan (Natação, Futebol, Voleibol), Projeto Rio 2016 Atleta Do Futuro (Taekwondo, Capoeira, Futsal), Creche e Reforço Escolar.

# UPP CHAPÉU MANGUEIRA E BABILÔNIA

ONG Casa da Árvore, Creche Babylônia – Associação Educacional Sorriso no Morro, Creche Dona Marcela, CDI Comunidade (aulas de informática para adultos e crianças), Escolinha Tia Percília – parceria: ponto de cultura (aulas de arte, informática, violão e outras atividades), projeto Dançando sobre Barreiras.

#### UPP PAVÃO / PAVÃOZINHO

Harmonicanto, Solar Meninos de Luz, academia de dança Stillo, escola de música da UPP, ginástica UPP e futsal UPP.

#### **UPP TABAJARAS**

Creche municipal Tia Sônia Crispiniano, Creche Cantinho da Natureza da Paróquia Santa Cruz de Copacabana, Núcleo Sombra e Água fresca (balé), núcleo rei da bola (judô e futebol), núcleo feras do rally (futebol e capoeira), projeto Energia Olímpica com as quatro lutas olímpicas (boxe, karatê, luta livre olímpica e taekwondo).

#### UPP PROVIDÊNCIA

Indústria do Conhecimento: Biblioteca, Videoteca, Gibioteca e acesso à Internet, Escola Sesi: Educação Básica (Alfabetização ao Ensino Médio – EJA a partir de 15 Anos), Cursos Livres: Inglês, Espanhol, Informática. Educação Complementar com Oficinas Pedagógicas de Português, Matemática e Vivência Cidadã. Suderj – Rio 2016 (Karatê, Jiu-Jítsu e Futebol)

#### **UPP BOREL**

<sup>23</sup> Listagem fornecida pela coordenadoria da UPP.



Associação Projeto Roda Viva, Crianças e Adolescentes (6 a 14 Anos) – apoio escolar, biblioteca, esporte, informática, arte-educação, atendimento "Grupos de Imaginação" – parceria com a Sociedade Brasileira de Psicanálise (Crianças de 6 a 14 Anos), atendimento alimentação diária – apoio banco rio de alimentos, aos domingos Projeto Viva – Educação em Saúde, parceiro: Hillel Tzedek.

#### **UPP FORMIGA**

Suderj e Rio 2016 (Karatê, Jiu-Jítsu e Futebol), Firjan – Indústria do Conhecimento, Projeto Implantando Conhecimento, Tim – Projeto Música Na Escola.

### UPP ANDARAÍ

CRAS Renascer (Educação Física), UPP (Voluntariado) - Jiu-Jítsu e Judô. Sesi /Firjan (Futsal, Voleibol e Basquete), Cia Étnica de Dança e Teatro (Ballet e Jazz)

#### **UPP SALGUEIRO**

Projeto Rio 2016 Atleta do Futuro (Karatê e Futebol), Suderj - Rio em Forma (Futsal)

#### **UPP TURANO**

Suderj e Rio 2016 (Futebol, Karatê, Taekwondo e Vôlei), LBV (Distribuição De Quimonos), Projeto Zico 10, Casa da Cultura e Cidadania, Creche Dos Sonhos, Casa da Cultura Fazendo Arte, Creche Chapeuzinho Marrom, Creche EDI Simone Souza Pimentel, Creche Sonho Infantil, Grupo e Formação de Educadores Populares, Projeto Apostando no Futuro, da Cesgranrio.

#### UPP MACACOS

Centro Cultural da Criança - Faixa Etária: 04 a 11 Anos, Creche Patinho Feliz - Faixa Etária: 01 a 04 anos, Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência (SMPD- Creche) -Faixa Etária: 0 a 03 Anos, Creche Municipal Germinal - Faixa Etária: 10 Meses a 03 anos, Creche da Dinda - Faixa Etária: 02 a 05 anos, Suderj – Rio 2016 (Karatê, Jiu-Jitsu, Ginástica para a 3ª Idade, Capoeira, Futsal e Vôlei), Petrobrás e HSBC – Oficina do Saber, Cieds – Projeto Bairro Educador (Atende as Escolas: E. M. Noel Rosa, E. M. Mário De Andrade, E. Jornalista Assis Chateaubriand e CIEP Presidente Salvador Allende), LBV (Teatro, Oficina De Arte E Cidadania e Jogos Cooperativos).

#### UPP SÃO JOÃO

Suderj em forma, Rio 2016 (futebol e capoeira)

#### UPP FALLET/FOGUETEIRO

Suderj em forma, Rio 2016 (futebol e capoeira)

# **UPP ESCONDIDINHO/PRAZERES**

Suderj em forma, Rio 2016 (futebol e jiu-jitsu), Grupo Proa - colônia de férias "amiguinho da UPP", EVB – Escola de vôlei do Bernardinho.

#### **UPP SÃO CARLOS**

Suderj em Forma (Futebol, Futsal, Balé, Ginástica, Natação e Lutas), Rio 2016 (Futebol e Jiu-Jítsu), Projeto Zico 10, Centro Social do Chuveirinho - Judô, Teatro, Percussão e Violão, Associação de Moradores da Mineira - Futebol, Boxe e Balé, Casa de Aconselhamento e Atendimento Social dos Meninos(as) das Comunidades Carentes - atendimento com psicólogos e pedagogos; Centro Social



Comunitário Acreditar no Amanhã - Reforço Escolar; Grupo Orumilá - Aulas de Percussão, Quadra da Rua Ambiré Cavalcante – Basquete e Futebol de Salão. Piscina da Comunidade do Querosene - Natação.



#### Anexo V: Roteiros de entrevistas

# Roteiro de entrevista com representante da UPP Social

- 1-Gostaria que você falasse um pouco sobre o atual trabalho da UPP Social nas comunidades.
- 2- Como você entende o papel da UPP Social no futuro?
- 3-A UPP Social tem alguma proposta específica destinada às crianças?
- 4- Qual é a articulação da UPP com a UPP social? (Todas as comunidades com a UPP terão UPP Social?)
- 5-Quais comunidades têm UPP Social?
- 6-Quais comunidades estão previstas para ter UPP Social? Como é feita essa escolha?
- 7- E as comunidades que não vão receber a UPP agora? Você acha que vai ser criada uma distância, em relação a segurança, serviços, projetos e oportunidades, entre as favelas pacificadas e as que não foram? E no futuro?
- 8-Quais são as estruturas administrativas da UPP Social? Como foram formadas as equipes?
- 9-Quais são as atribuições da ONU- Habitat e quais são as do IPP?
- 10-Com que outras instituições (ONGs, empresas, etc) a UPP Social está desenvolvendo os planos de melhorias nas favelas? Como se dá essa parceria?
- 11-Como é feita a articulação da UPP Social com a associação de moradores e outras lideranças comunitárias?
- 12- Tem alguma articulação do Programa Territórios da Paz, do Governo Federal, com a UPP social?
- 13-Qual é articulação da UPP Social com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos? Como a UPP Social se relaciona com as outras secretarias (cultura, saúde, educação, etc)?
- 14- O programa da UPP Social tem alguma forma de monitoramento e avaliação? Estes são feitos por que órgão?
- 15-Essas avaliações levam em conta o impacto da UPP Social sobre a aprendizagem, saúde e proteção das crianças pequenas?
- 16- Você conhece alguma pesquisa que vem sendo feita sobre a UPP e as comunidades pacificadas? Sobre o que se trata? O que dizem os resultados?
- 17- Quantos recursos estão sendo direcionados para a UPP Social? Que tipos de investimentos? De onde vem esses recursos?



# Roteiro de entrevista com representante do Morar Carioca

- 1- Quais são as suas propostas da nova fase do Programa Morar Carioca?
- 2- Quais comunidades já receberam as obras do Morar Carioca e quantas ainda estão previstas? Quais são as comunidades?
- 3-A prioridade de algumas comunidades está relacionada à Copa do Mundo e às Olimpíadas?
- 4-Vimos que o prazo de conclusão das obras é de 2016. Esse prazo serve para todas as comunidades que entrarão no programa?
- 5-O site do Morar Carioca está anunciando que o programa de urbanização se dará em favelas urbanizáveis. O que caracteriza uma favela urbanizável?
- 6- Quais são as estruturas administrativas e de governança do Morar Carioca?
- 7-Quem coordena e orienta as soluções específicas de cada comunidade? Tem alguém que faz a articulação entre as propostas sugeridas pelos escritórios de arquitetura?
- 8- Faz parte da orientação do Morar Carioca criar espaços específicos para as crianças? Há alguma orientação para ouvir a comunidade e as próprias crianças?
- 9- Como e com quem do poder público (secretaria municipal de educação, saúde, etc) o Morar Carioca está desenvolvendo os planos de melhorias nas favelas?
- 10- O Morar Carioca tem articulação com outras instituições (ONGs, empresas, etc)? Como se dá essa parceria?
- 11- Como é feita a entrada do Morar Carioca nas comunidades? Há alguma orientação quanto ao contato com a associação de moradores e outras lideranças comunitárias?
- 12- Quais são as expectativas da comunidade em relação às obras do Morar Carioca? Como a comunidade está recebendo a notícia?
- 13- Os projetos do Morar Carioca têm alguma forma de monitoramento e avaliação? Estes são feitos por que órgão?
- 14- O Morar Carioca possui alguma avaliação do seu impacto sobre a aprendizagem, saúde e proteção das crianças pequenas?
- 15- Quantos recursos estão sendo disponibilizados para o Morar Carioca? Que tipos de investimentos? De onde vem esses recursos?
- 16- Qual é a relação do Morar carioca com o PAC? O investimento do Morar Carioca vem do PAC?



# 3. Roteiro de entrevista com representante da UPP

- 1- A UPP tem sido considerado um programa bem sucedido, por que razão você acha que a UPP tem tido essa grande aceitação?
- 2-Quais as próximas favelas previstas para receber uma UPP?
- 3- Qual o critério de escolha dessas comunidades? Como são tomadas as decisões sobre qual favela terá uma UPP?
- 4- As favelas com milícia também vão receber a UPP?
- 5- Como fica a segurança das comunidades que não vão receber a UPP ? (Será que terá um abismo entre as favelas pacificadas e as que não foram?)
- 6- Você considera a UPP uma proposta de segurança pública que contemple a cidade como um todo? Ou os benefícios da UPP ficariam limitados aos moradores daquela comunidade específica?
- 7- Quais são as estruturas administrativas e de governança da UPP?
- 8- Qual é articulação do Prosnaci, o programa de segurança do governo federal, com a UPP?
- 9- Como está sendo feita a articulação da UPP com a associação de moradores e outras lideranças comunitárias?
- 10- Como se dá a articulação da UPP com a UPP social?
- 11- Os policiais da UPP têm alguma formação ou orientação para lidar com as crianças? Em caso afirmativo, como esse trabalho é feito? Por quem? (Sabemos que algumas unidades já tiveram treinamento para lidar com as crianças, se preciso insistir na pergunta)
- 12- A UPP possui algum plano de monitoramento e avaliação? Como ele é feito? Por quem?
- 13- Esse plano de monitoramento e avaliação considera especificamente o impacto da UPP sobre a aprendizagem, saúde e proteção das crianças pequenas?
- 14- Você conhece pesquisas que estão sendo realizadas sobre a UPP e as comunidades pacificadas? Sobre o que se trata? O que dizem os resultados?
- 15- Quantos recursos estão sendo disponibilizados para a UPP? Que tipos de investimentos? De onde vem esses recursos?

#### 4. Roteiro de entrevista com o pesquisador da PUC- sociólogo Marcelo Burgos

Sabemos que vocês estão elaborando um caderno com orientações e um questionário para ser aplicado nas comunidades que receberão as obras do Morar Carioca. O que o questionário diagnóstico produzido por vocês pretende investigar nas comunidades? Quais são as prioridades?



- 1- Tem algum público que recebe uma atenção em especial? Tem alguma pergunta direcionada para as crinças pequenas?
- 2- Esse caderno considera o impacto que o Programa Morar Carioca pode ter na aprendizagem, saúde e proteção das crianças pequenas?
- 3- Como o monitoramento e avaliação do Morar Carioca serão feitos? Por que órgão?
- 4- Vocês conhecem outras pesquisas que estão sendo realizadas sobre a UPP e as comunidades pacificadas? Sobre o que se tratam? O que dizem os resultados?